

PRISMA



REVISTA DE FILOSOFIA CIÊNCIA E ARTE

DIRECTOR:
AARÃO DE LACERDA

SUMÁRIO:

DAS REGIÕES DA REALIDADE
NÚPCIAS DA TERRA (Versos)
SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA ARQUEOLO-
GIA BRACARENSE
ROSA QUEIMADA (Versos)
O PROF. DR. CARLOS DE CASTRO HENRIQUES
DOIS SELOS MEDIEVAIS
BÊNÇÃO (Versos)
UMA CARTA DE BRASÃO DE ARMAS DE
EL-REI D. FERNANDO
VILA-MOURA (Versos)
O BERÇO
CARICATURISTAS PORTUGUESES

DELFIN SANTOS
FERNANDO DE PAMPLONA

CARLOS TEIXEIRA
PEDRO HOMEM DE MELLO
MARIA HENRIQUES OSWALD
CONDE DE CAMPO BELLO (D. HENRIQUE)
ANTÓNIO PÔRTO-ALÉM

JOÃO BRAGA
ANTÓNIO PÔRTO-ALÉM
COSTA-SACADURA
ALBERTO MEIRA

DESENHOS de LUIZ FELIPE (nas págs. 196, 199 e 201)

CAPA de AUGUSTO GOMES

GRAVURAS de MARQUES ABREU

PRISMA

REVISTA DE FILOSOFIA, CIÊNCIA E ARTE
PUBLICAM-SE QUATRO NÚMEROS POR ANO

DIRECTOR:

AARÃO DE LACERDA

DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Praça da República, 197 — PÔRTO

EDITOR:

ALEXANDRE COELHO

DEPOSITÁRIO: DOMINGOS BARREIRA

LIVRARIA SIMÕES LOPES — Rua do Almada, 123 — PÔRTO

Composta e impressa na IMPRENSA MODERNA, LIMITADA — Rua da Fábrica, 80 — PÔRTO

Esta revista será enviada aos senhores assinantes contra reembolso, ao preço de cinco escudos.

IMPRENSA MODERNA, L.^{DA}

=====
**TIPOGRAFIA e
ENCADERNAÇÃO**
=====

RUA DA FÁBRICA, 80

TELEFONE, 883

P O R T O



DAS REGIÕES DA REALIDADE

ANTES de qualquer reflexão que pretenda distinguir as esferas de ser, admitiremos simplesmente que umas e outras são espécies dum mesmo universal ao qual podemos emprestar a designação «o que existe» ou «o existente» ou «a existência». Êste universal assim admitido é demasiado vasto e demasiado vago, como convém a um universal. O seu oposto: «o que não existe» ou «o não existente» ou «não existência» é igualmente vasto e ainda mais vago do que o primeiro. O primeiro é pensável, o segundo impensável. ¿Qual é o critério suficiente para determinação do que existe? ¿Existência será, de facto, o mais geral dos atributos do todo? ¿Existência é predicável universalmente ou a sua predicação só terá sentido num aspecto restrito da Realidade? ¿Diremos que uma idea existe? ¿Diremos que uma relação existe? ¿Ou diremos que só é possível predicar existência aos objectos do mundo real? Parece que a psicologia o admitiu quando classificou os juízos em juízos de existência e juízos de valor. Mas nós sabemos quanto são precárias e frágeis as classificações provenientes da psicologia e nada significará portanto tal distinção no caso presente. A visão pluralista da realidade em função dum critério separativo das diferentes esferas constituintes do real talvez nos facilitasse a solução dêste difícil problema. Se admitirmos a matéria como camada suporte de tôdas as outras camadas agentes no todo, teremos assim uma base de compreensão para o problema da existência. Só a esta se poderia predicar existência ou, doutra maneira, qualquer enunciado sôbre esta seria sinal de existência. ¿Mas a vida como camada igualmente importante e eficiente no universo não teria existência? Existência da vida e existência da matéria não podem coincidir em tôdas as suas determinações. Se devemos predicar existência à vida, o conceito de existência em adequação com a vida terá de ser evidentemente diferente do conceito de existência em perfeita adequação à matéria. Todavia esta diferenciação dos conceitos de existência como atributos adequados a cada esfera nunca foi clara preocupação da filosofia. Fala-se de existência num sentido geral como conceito planificado idênticamente e em unidade.

A razão disto é a mesma razão dificultante de muitos outros problemas: a transposição do domínio da expressão para o domínio da realidade. De facto, o homem possui para tôdas estas questões a mesma base planificada de expressão e nada mais fácil do que atribuir o que a esta pertence a

situações e entidades que lhe são radical e estruturalmente diferentes. Tal «cousa» deixa-se exprimir desta e desta forma, outra «cousa», que nada tem de semelhante com ela, deixar-se-á exprimir de forma semelhante, dado o poder simbólico e metafórico da linguagem. E desta semelhança de expressão facilmente se passa à identidade do que é heterogéneo com a expressão. Que a filosofia tem muito que ver com a análise da linguagem já o sabemos, mas que a posição histórica e tradicional de certos problemas seja puramente resultante duma falta de relação possível com planos diferentes de expressão é o que custa muitíssimo a admitir. Formulemos dois enunciados correntes: «A mesa da sala ainda existe» e «Deus ainda existe». As proposições que enunciam estas duas afirmações são perfeitamente idênticas; ambas se deixam analisar gramatical e logicamente com os mesmos elementos e estão perfeitamente reduzidas ao mesmo plano único de expressão. Se para falar de certa mesa com sentido compreensível é necessário que ela exista, tenha existido ou venha a existir, também da mesma maneira se concluirá que falar de Deus, com sentido, significará a sua existência. E aqui ainda com mais forçada evidência, pois, emquanto respeitadamente à mesa se pode ter considerado a expressão correcta para uma mesa que já não existe mas existiu ou existirá mas ainda não existe, tal possibilidade não pode ser admitida para o segundo enunciado para qual «existe» significa «existiu e existirá».

A analogia leva a um determinismo de existência muito mais rigoroso quando se emprega a Deus do que quando se emprega a uma mesa. E porquê? Se é o plano da existência a que pertence a mesa que serviu de molde à proposição sobre a mesa, não é perfeitamente explicável a razão porque uma outra proposição, analógicamente constituída, muda de maneira quasi irreconhecível um dos elementos que pertence à proposição. Como solucionar esta dificuldade? ¿Terá o conceito de existência ainda plasticidade suficiente para ser empregado, com sentido, na esfera da consciência e na esfera do espírito? ¿Poder-se-á dizer o dragão «existe» porque eu consigo representar um tipo de animal, criado imaginativamente pelo homem? ¿E poder-se-á dizer que Deus, espírito puro, existe, emprestando sentido analógico a uma expressão só perfeitamente compreensível no reino da matéria? E, todavia, se notarmos a identidade do processo de formulação das proposições é perfeitamente compreensível que assim se tenha pensado: um ser-vivo, um ser-imaginário e um ser-espiritual afirmam-se existentes, ou melhor, afirmam-se presentes uns com os outros ou pelo menos um deles com um outro. Verdadeiramente a existência destes seres é «coexistência», o que é muitíssimo diferente e modifica enormemente o problema. Só o ser-material existe, isto é, só é possível conceber racionalmente como existente o ser de matéria. Não afirmamos que a matéria é o único «ingrediente» do universo e não identificamos «ser» e «matéria». Isso seria um pseudo-problema e pretender discuti-lo implicaria como consequência formular afirmações sem sentido nenhum; o que afirmamos é que, coerentemente, só é

possível predicar existência à matéria porque só ela é logicamente pensável «existir-por-si».

A vida não existe independentemente da matéria de que esta é um suporte e nós conhecemos unidades orgânicas perfeitamente explicáveis com a admissão de conceitos próprios a estas duas esferas. A consciência não pode existir sem vida de que esta é um primeiro suporte e que, por sua vez, «assenta» na matéria. E nós conhecemos «realidades» individuais perfeitamente explicáveis pelo emprêgo de conceitos adequados respectivamente a cada uma delas. O espírito não pode existir sem consciência que, por sua vez, lhe serve de apoio. E certamente que outras espécies de coordenações e de relações vão aparecendo que tornam cada um destes grupos possíveis: a sociedade, as possibilidades de expressão inteligível, a simbolização e o acôrdo prático relativamente a valores. Mas pondo agora de parte tôdas estas relações é possível, com um mínimo de abstracção, compreender que no mundo vegetal e no mundo animal se encontram os correspondentes tipos próprios a cada um dos graus de relação das esferas a que já aludimos: unidades compostas de «matéria-vida», de «matéria-vida-consciência» e de «matéria-vida-consciência-espírito». Da primeira temos como exemplo os seres vegetais, da segunda os seres animais, e da terceira o homem. Interessante será notar que não conhecemos nenhum «ser» cuja ordem de relação das esferas seja diferente da que indicamos acima e não é mesmo possível conceber tipos reais resultantes da combinação matéria-consciência sem o intermediário vida ou vida-espírito sem o intermediário consciência. Vida sem matéria não é uma realidade experimental, consciência sem vida pretende a metapsíquica revelar-nos, mas não esqueçamos que essa revelação se faz através do corpo vivo do «médium» o que permite assim o estabelecimento das relações necessárias de molde a poder dizer-se que, na experiência metapsíquica, há apenas uma momentânea palingenésia ou substituição de consciência num ser — o «médium» — para quem essa substituição é fácil. O que pode servir para demonstrar que a qualidade fundamental do «médium» é a fraca coordenação da sua consciência à sua vida. Que o espírito puro seja experimentável, embora isso seja também intenção da metapsíquica, não podemos até hoje verificá-lo e é disso prova o carácter pessoal, restrito, particular que sempre tem a comunicações dos *espíritos*.

Chegamos aqui a um ponto difícil cujo esclarecimento não foi até hoje possível. O espírito é sempre relação, é aquela «porção do homem» que revela o homem ao homem e que une o homem com o homem. «A consciência separa, o espírito unifica» — afirma-o certa tendência da actual filosofia. E isto significa ainda que a visão das camadas do real, segundo a ordenação que seguimos, é um caminhar do particular para o geral ou a partida de indivíduos perfeitamente designáveis passando por realidades de ordem específica e genérica até atingir o género supremo — o espírito. Aperitando mais as malhas da nossa análise, talvez fôsse possível encontrar uma

situação alternante entre os «ingredientes» citados. Se ligamos valor de individualidade à matéria, porque não nos é possível neste domínio fazer aplicação adequada do conceito de identidade e de igualdade, perdê-lo-emos a seguir quando chegamos à região vida: esta é uma força genérica indeferenciadora atribuindo a cada ser as mesmas exigências e o mesmo sintomatismo. A seguir encontramos a consciência perfeitamente individualizadora, a maior força de separação, de particularização que o universo possui. A seguir encontraremos o espírito, a mais intensa forma de universalização que domina o homem. Encontramos assim um ritmo alternante em cada esfera de relação que constitui o universo. Mas o que aqui nos esforçamos de tornar claro é um dos problemas mais obscuros da filosofia e cremos que o será por muito tempo ainda. O primeiro esforço do conhecimento tem sido descobrir o idêntico no diverso ou descobrir na região da vida o que é próprio à região da matéria, e na região da consciência o que é próprio à região da vida, e na região do espírito o que é próprio à região da consciência. Perdemos o sentido primeiro deste problema e perdemos na análise sem norte a que a filosofia o submeteu. Do ritmo alternante de que falamos acima pode explicar-se a razão porque sempre a psicologia busca «símiles» nos conceitos da física e porque razão o vitalismo pretende ser uma filosofia do espírito—aproximação do carácter individualizante da matéria e da consciência e do carácter indiferenciador da vida e do espírito. Na história da filosofia aparece-nos muitas vezes este parentesco claramente afirmado, mas quasi sempre para transpor a região superior na região inferior da análise: explicação da «psiché» em termos de «física» e a explicação do «espírito» em termos de «vida». E muitas vezes esta submissão é tendência para a unidade ou para a visão monista da realidade, isto é, a redução da realidade a um só dos seus necessários ingredientes. Mas isto é, pelo menos, uma arbitrariedade e neste aspecto vale muito mais o dualismo, embora a disjunção seja por vezes imperfeita e não tenha correspondência ontológica.

O dualismo pode encerrar um princípio de adequação que não é ainda certamente a verdade, embora haja na história da filosofia formas inconseqüentes de dualismo como o de Descartes, por exemplo. Metodologicamente é compreensível a distinção entre «res extensa» e «res cogitans», o que não é compreensível é a correspondência ontológica da «res extensa». Extensão não é identificável com qualquer «ingrediente» componente do universo, é um atributo dum deles. ¿Como é possível admitir uma distinção em que um dos termos corresponde à totalidade dum dos ingredientes «res cogitans» e outro é apenas um atributo dum dos ingredientes? Ou se quisermos e se interpretarmos «res cogitans» como atributo do espírito, ¿como é possível um dualismo metodológico de atributos com suficiência ontológica explicativa para o universo? Mesmo em Descartes não é possível dar sentido ontológico ou real à sua distinção. Mas o que é mais grave na sua filosofia foi ter perdido o sentido do seu primitivo dualismo. Em Descartes não nos

aparece a consciência da «diferença» que a sua distinção supõe (que Spinoza torna clara) porque, a-pesar-da distinção e do dualismo por ela implicado, Descartes oferece-nos um método que indistintamente se deve aplicar a um ou outro dos aspectos da «res». E como o seu método aparece como introdução a trabalhos que dizem respeito à «res extensa» é por isso a «res cogitans» subordinada àquela e, com isto, uma subordinação da psicologia à física, do espírito à matéria, da idea à imagem. O dualismo metodológico é um princípio de adequação que é preciso não perder, mas também à mercê de fáceis equívocos e preste a confusões. O dualismo metodológico mostra-nos que o conhecimento do real necessita duma prévia análise categorial e que as categorias próprias a um dos aspectos não servem ao estudo dos outros. Foi isto que Descartes não pôde ver e é isto que a evolução histórica da sua e das filosofias que o pretenderam corrigir nos mostra hoje. Há problemas que só o tempo clarifica, sobretudo quando são problemas que o mesmo tempo obscureceu. E destes é o problema da análise categorial da realidade e do pensamento e a busca dos possíveis pontos de identidade entre ambos.

Porém as categorias próprias à compreensão dos dois aspectos de qualquer dualismo não podem ser idênticas. Se a região da matéria necessita, para a sua compreensão, dum esquema espaço-temporal dentro do qual seja feita a situação de todos os seus elementos, não é possível concluir daqui que este esquema tenha valor total de interpretação. Espaço é categoria própria à matéria, mas seria insuficiente logo que em frente a ela está um observador. Há então «qualquer coisa mais» que é necessário fazer intervir para dar sentido às deslocações no espaço, por exemplo. E assim intervém a categoria do tempo e a sua necessária correlação com o espaço como a mecânica actual requiere. O esforço da ciência tem sido reconduzir a explicação da realidade a este esquema e desvalorizar tôdas as tentativas em que se afirma a convicção de irredutibilidade. Todavia o problema está-se tornando hoje mais claro e ao propósito inicial de recondução de tudo a um único esquema sucedeu a convicção de que êsse era um atrabiliário e arbitrário caminho tendente a anular certos aspectos do real de tão importante consideração, pelo menos, como são aquêles que o espaço-tempo consegue abranger. Um filósofo americano propôs ultimamente que ao lado e perfeitamente simétrica com a categoria «espaço-tempo» se admitisse a categoria «tempo-espaço» para uso no estudo de aspectos da realidade em que predomina ou tem primazia explicativa o tempo em relação com o espaço. A região própria ao emprêgo de tal categoria seria a região dos fenómenos da consciência, em que, como é evidente, todos se situam num estôfo de «duração» de impressionante sentido temporal. As categorias do espaço, do espaço-tempo, do tempo-espaço, porém, não constituem ainda a série completa própria ao estudo total da realidade. Alguma coisa há que não é abrangido por nenhuma destas: — a região do espírito.

¿Pretenderemos abrangê-la por qualquer dos esquemas já propostos? Só aparentemente seria possível: o esquema «tempo-espaço», não põe a claro as implicações que tal recondução requereria, porque o espírito apareceria-nos como região de liberdade sem, como tal, poder ser apreendida por qualquer esquema. Temos assim a série completa dos possíveis esquemas: «espaço», «espaço-tempo», «tempo-espaço», «*fora* do tempo e do espaço». É bem de ver que o espírito só pode caber nesta última ou que o espírito só pode ser explicável pelo abandono de tôdas as categorias próprias às outras regiões. Em cada uma destas regiões temos ainda a considerar os princípios imanentes que emprestam vida e diferenciação a cada uma delas. Seriam «causalidade», «finalidade», «intencionalidade» e «liberdade» os princípios a considerar. Na verdade só o primeiro fôra estudado até hoje e tem sido suposto aquêle a que o real se deverá subordinar para se tornar inteligível. Um dos aspectos da ciência, na sua história, tem sido forçar todos os tipos de explicação possíveis ao tipo de explicação causal. Mas esta redução tem um limite e não é possível hoje desconhecer a sua inadequação quando a ultrapassa. O princípio da finalidade começa a ter existência própria e foram já delimitadas, mais ou menos, as fronteiras da região dentro das quais êle é útil: o domínio da vida. O princípio da intencionalidade de recente descoberta, devida a Brentano, está ainda em estado rudimentar. Mas o seu campo de aplicação foi circundado e em parte aprofundado por Husserl: a consciência. O princípio da liberdade ao qual diz respeito tôda a obra de Hegel é o único adequado à compreensão da «fenomenologia do Espírito» e é êste domínio, talvez, o que mais tem sido obscurecido com a transposição de categorias a que nos referimos.

Berlim, 1937.

DELFIN SANTOS.



NÚPCIAS DA TERRA

ALGARVE das colinas ondeantes,
Dos cerros azulados,
Com dorso de gigantes
E voz de namorados,

Algarve das falésias côm de lume,
Do rubro alcantil
Que emerge como um gume
Do vasto mar de anil,

Moiro Algarve de brancos minaretes,
De luz mediterrânea
E floridos tapetes,
Jardim da Madre Hispânia,

Quando em teus flancos a doce amendoeira
Se coroa de flores
E tinge cada leira
De vaporosas côres,

Quando enxames de pétalas branquinhas
Rebrilham na verdura,
Entre figueiras, vinhas,
Na ramaria escura,

Do coração das coisas, surdamente,
Levanta-se em coral,
Voluptuoso e ardente,
Um canto nupcial,

Que remoça e cura a alma já mordida
Pela cobra do amor
E acorda para a vida
Tantas almas em flor!

Manto real de neve e de lilás!
Como é belo o himeneu,
Embriagador, fugaz,
Da Terra com o Céu!

Noiva do Sol, sinuosa e fascinante,
— Ó filtro de desejos! —
Se fôsse teu amante,
Te cobrisse de beijos,

Meus lábios — duas brasas —
Uma por uma haviam de queimar
Tuas pétalas brancas, brancas asas
Que me deram o gôsto de voar!...

Portimão, Fevereiro de 1938.

FERNANDO DE PAMPLONA.

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA ARQUEOLOGIA BRACARENSE

A FONTE DO ÍDOLO E O CULTO DE NABIA

ENTRE os mais curiosos e importantes monumentos arqueológicos da cidade de Braga, a nobre e vetusta capital da mais formosa e característica das províncias lusíadas, ocupa lugar de destaque o *Ídolo dos Granginhos*, conhecido também por *Fonte do Ídolo* ou, na linguagem popular local, simplesmente pelo *Idro*.

Descrito e figurado pela primeira vez por Contador de Argote (1), (que se baseou em informações do bispo de Uranópolis) muitos foram os arqueólogos que dele se ocuparam depois, entre os quais merece citação especial o sábio epigrafista alemão Hübner que ali esteve por ocasião da sua primeira viagem a Portugal. Pertence, porém, ao Prof. Leite de Vasconcelos, o venerando fundador do Museu Etnológico de Lisboa, o estudo detalhado de tão notável monumento (2).

O penedo granítico em cuja face virada ao Sul foi esculpido, está situado num pequeno quintal, chamado quintal do *Idro*, entre o Hospital de S. Marcos e a nova Avenida Gomes da Costa, a poucos metros, para Sul, da Rua do Raio e do novo edifício dos correios.

A muralha romana devia passar a poucos metros de distância. Um pouco mais além existiram as muralhas castrejas da cidade. A fig. 1 que reproduz cópia duma planta apresentada por J. T. de C. M. C. acompanhando um folheto intitulado *Braga antiga* e publicado em 1912, mostra o traçado dessas muralhas segundo aquêl curioso investigador bracarense.

Consta o monumento do *Ídolo*, que mede cêrca de 3 metros de largura por 1^m,20 de altura, de inscrições e esculturas, servindo até há pouco tempo de parede dum pequeno tanque ali construído posteriormente para aproveitar a nascente que brota na base do rochedo, estando por isso mergulhado em grande parte na água e vergonhosamente coberto de limo.

(1) Memórias para a História eclesiástica do Arcebispado de Braga, Tômo I, 1732.

(2) Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia*, Tômo II, pág. 239 e seguintes.

Há cêrca de dois anos, porém, a Câmara de Braga, presidida pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco de Araújo Malheiro, minhoto insigne que às cousas da sua terra vem dedicando o mais acrisolado carinho e protecção, num gesto que só merece louvores, adquiriu por compra não só o monumento, mas também uma parte do terreno que o cerca, entregando-os em seguida à Direcção dos Monumentos Nacionais para que esta realizasse ali as obras necessárias à sua conservação e melhores condições de visita.

Já o venerando e sábio Prof. Leite de Vasconcelos, ao estudar em 1905 o monumento, mostrara a necessidade de resguardá-lo e protegê-lo da des-

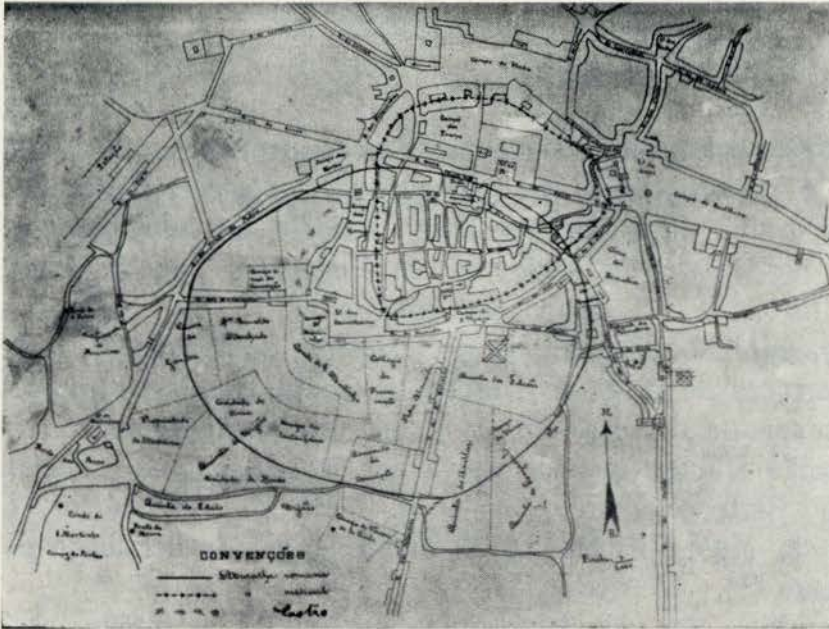


Fig. 1 — Cópia de uma planta publicada em 1912, onde se vê o traçado das muralhas bracarenses.

truição. Só pas-
sados trinta anos
as suas palavras,
repetidas por
mim como eco
longínquo, foram
ouvidas, acor-
dando da pesada
indiferença as
edilidades bra-
guesas, conse-
guindo quebrar a
apatia criminosa,
mais do que uma
vêz manifestada
em fúria destrui-
dora, que durante
tantos anos fôra
seu constante
apanágio, dei-

xando assim perder a colecção arqueológica de Albano Belino, o pelourinho, os inúmeros objectos e preciosidades que surgiam a cada passo de ocasionais escavações ou desatêrros e estão hoje desaparecidos ou dispersos por museus estranhos.

Bem haja pois, o Dr. F. Malheiro por ter levado a cabo obra de tanto merecimento. Os monumentos epigráficos são os únicos e preciosos documentos originais e autênticos dum período de muitos séculos da história. A sua perda é irreparável e a sua destruição um crime que só ignorância ou malvadez podem explicar mas nunca justificar. Felizmente as obras foram já iniciadas, estando nesta altura em vias de conclusão. O tanque desapareceu, a água vai ser canalizada, o penedo foi desaterrado convenientemente e cercado por muro protector, formando um recinto fechado com entrada pela Rua do Raio. Dêste modo pode agora contemplar-se em tôda a sua extensão o curiosíssimo monumento (fig. 2).

Examinando-o da esquerda para a direita, encontramos primeiro uma inscrição latina, com grandes letras, profundamente gravadas, que diz:

ICVS-FRONTO
ARCOBRIGENSIS
AMBIMOGIDVS
FECIT

A primeira palavra da inscrição está incompleta porque a rocha foi quebrada, mas o que aí se lia era com tóda a certeza a palavra CELICUS que aparece repetida adiante.

A tradução desta inscrição é evidentemente: *Célico Fronto, natural de Arcóbriga, Ambimogido* (1), *fêz esta obra.*

Vê-se depois esculpida na pedra uma figura de homem (fig. 3), com cerca de 1^m,10 de altura, de pé, envolto em compridas roupagens, sustentando no braço esquerdo um objecto



Fig. 2 — Vista geral do monumento bracarense conhecido pelo nome de «A Fonte do Ídolo».

volumoso de difícil interpretação por estar muito gasto e destruído, mas que o Sr. Prof. Leite de Vasconcelos supõe representar um cêsto com frutas. Para o sábio etnólogo esta figura representará o próprio Célico Fronto.

Mais adiante encontra-se outra inscrição (fig. 4) também de grandes letras, que diz:

(?)
TONGOE
NABIAGOI

A primeira letra da palavra de cima é de difícil leitura. Argote supô-la um R e o Prof. Leite de Vasconcelos interpretou-a primeiro como um P

(1) É talvez o nome da tribo ou *gens* a que êle pertencia.

e mais tarde, após cuidadoso exame, leu-a como T. Não é fácil porém estabelecer em definitivo se é T se P. No fim da haste horizontal há, de facto, um pequeno ressalto ou elevação que poderia indicar a extremidade do traço inferior do T mas, que pode ser também originada pela desagregação do granito. Esta letra, tal-e-qual a examinamos agora, tem tôdas as características de P. O desenho que o Prof. Leite de Vasconcelos apresenta (fig. 5) ilustrando a descrição não é, neste ponto (fig. 6), exacto, pois apresenta esta

letra completamente independente do O, quando é certo que as duas letras estão ligadas.

Ainda, segundo o Prof. Leite de Vasconcelos, o I final da segunda palavra é apócrifo, quere dizer, é um falso I, um I que ali foi acrescentado posteriormente.

Já Argote o não figurou também no desenho que deu do monumento do *Ídolo*, tendo lido na inscrição apenas *Roncoe Nadiaco*.

Porém, Albano Belino, em 1895, transcreve a inscrição num dos seus livros, apresentando-a do seguinte modo:

PONGOE
NABIAGOI

Esta letra está situada na linha do friso numa pequena edícula ou nicho que fica situado ao lado desta inscrição, de que adiante falaremos, mas é nítida e profun-



Fig. 3 — Figura de homem esculpida na pedra que se vê na «Fonte do Ídolo».

damente gravado tal-e-qual, como as restantes letras. É um pouco maior que o O que a antecede, mas o E da palavra superior está em idênticas circunstâncias. No desenho já citado, apresentado pelo Prof. Leite de Vasconcelos, este I foi representado a grande distância do O (fig. 6), quando é certo que a distância que os separa é a mesma que separa as outras letras.

O I torna um pouco maior que a de cima a palavra de baixo, desmanchando dêsse modo a simetria, mas nós sabemos muito bem que tal motivo não preocupava grandemente os artistas dessas remotas eras.

A palavra superior termina no friso, o mesmo acontecendo à inferior se considerarmos verdadeiro o I.

Examinando cuidadosamente a inscrição encontramos apenas uma diferença entre esta letra e algumas das outras; é que enquanto aquelas mostram uma superfície rugosa devido à erosão, esta apresenta um aspecto diferente, menos rugoso, parecendo ter sido avivada. Não vemos nisso porém motivo para a considerar falsa, apócrifa, pois o O apresenta idênticos vestígios de posterior avivamento. Se é certo que não podemos afirmar a absoluta autenticidade deste I, também é certo que não vemos elementos seguros para



Fig. 4 — Edícula com um busto e inscrições gravadas na pedra do monumento.

dizer que é falso ou apócrifo.

Talvez a interpretação e o estudo da possível significação da inscrição nos possa dar elementos para esclarecer esta dúvida.

Ao lado desta inscrição está, como já dissemos, esculpida na rocha uma pequena edícula ou nicho com cerca de meio metro de largura, onde se vê um busto humano, tendo no frontão re-

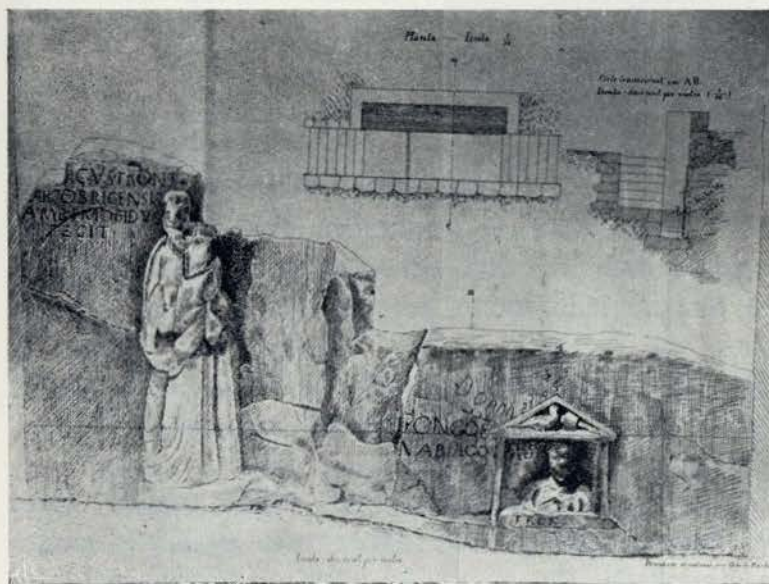


Fig. 5 — Reprodução do desenho da «Fonte do Ídolo» publicado pelo Prof. Leite de Vasconcelos.

presentada dum lado uma pomba e do outro um objecto semelhante a um maço de canteiro (fig. 4).

A direita do busto, na parede posterior do nicho, está escrito

CELICVS
FECIT

Na parte inferior do nicho lê-se

FRON

e esta inscrição devia continuar-se para a direita, pois notam-se ali ainda vestígios de letras, embora muito apagadas e incompletas, uma das quais parece ser M. Por cima do nicho vê-se uma outra inscrição mas, quanto a essa, basta notar a forma das letras e a maneira como está feita para indicar a sua origem posterior.



Fig. 6 — Reprodução de um pormenor do desenho da «Fonte do Ídolo» publicado pelo Prof. Leite de Vasconcelos.

Eis, em suma, como é constituído o célebre e interessante monumento, do qual Martins Sarmiento quis ter no seu Museu de Guimarães uma reprodução, que ainda hoje ali se conserva.

■

Para o Prof. Leite de Vasconcelos, a figura em alto relêvo representa o próprio

Célico Fronto, indígena romanizado, vestido de toga, autor do monumento segundo a inscrição que tem ao lado, junto do rosto, como frase que êle pronunciasse.

É interessante notar que numa outra inscrição de Braga se diz que os bisnetos de Célico Fronto restauraram certo monumento, suspeitando Hübner que fôsse precisamente êste (1).

A inscrição central é, sem dúvida, a de mais difícil interpretação. Para o sábio fundador do Museu Etnológico de Lisboa, esta inscrição contém claramente o nome da divindade em honra de quem o monumento foi construído: *Tongoenabiago*, deus bárbaro, talvez tutelar da fonte.

Esta inscrição, a ser assim, considerando falso o I final, é um dativo (de *Tongoenabiagus*) e significaria: *ao deus Tongoenabiago*.

(1) Leite de Vasconcelos — *R. da L.* II, pág. 264.
Albano Belino — *Inscrições romanas*.

A palavra pode explicar-se, ainda segundo L. de Vasconcelos, pela filologia céltica, e pode considerar-se composta por

Tongoe + nabia + agus

na qual avulta em especial o elemento *Nabia*.

Tonge ou *tong* é elemento que se encontra em muitas palavras de inscrições peninsulares — Tongobriga, Tongetamus, Tongeta, etc.

Diz D'Arbois de Jubainville que o tema *tongoe* = *tonge* é, possivelmente, o mesmo que o da palavra irlandesa antiga *tongu*, que significaria — eu juro. *Nabia* ou *Navia* é o nome duma deusa muito conhecida na Lusitânia, existindo várias inscrições e lápides que lhe foram dedicadas.

Cornide cita uma *Naviae Sesmae* (C. I. L. 2602) e uma *Naviae Ancetolu (s) Sesm (aca)* (C. I. L. 2601) em lugares incertos da Galiza. Posteriormente foi encontrada uma inscrição dedicada a *Nabia* em Nocelo de Pena, Sarreus (C. I. L. 2622), outra de *Nabia Elaesurrae (cae)* em S. João de Camba, Caldelas (C. I. L. 2524) e ainda outras inscrições de *Nabia* no monte de Baltar, Pôrto, em S. João Baptista de Pedregão Pequeno (L. I. L. 2378 e 5623) e em Alcântara (C. I. L. 756) (1).

Esta deusa dos lusitanos era, certamente, segundo L. de V., uma divindade aquática, embora com atributos variáveis talvez de localidade para localidade. Ao discutir a segunda inscrição da fonte do ídolo, salienta aquêle illustre etnólogo a importância do elemento *Nabia*, apresentando ao mesmo tempo a opinião de D'Arbois de Jubainville sobre a sua interpretação. Para êste sábio celtista, *nabiagus* está provavelmente por *nāviācos*, derivado de *Navia*. *Navia* é o nome dum rio de Espanha e em sanscrito a palavra *nāvya* significa «curso de água».

Dêste modo, a palavra *tongoenabiago*, ainda segundo Jubainville, significaria “*dieu de la rivière par laquelle on jure.*” (2).



As operações de desatêrro do *penedo do ídolo*, recentemente efectuadas como atrás se disse, trouxeram a lume elemento valioso para a interpretação do monumento. Com efeito, no terreno circunjacente ao rochedo, entre restos abundantes de *tegulae* e *imbrices*, apareceu uma lápide de granito, de cerca de meio metro de altura e decímetro e meio de largura, com uma inscrição que nos parece de grande importância.

(1) Cfr. Fl. Cuevillas e R. de Serpa Pinto — *Estudos sobre a Idade de Ferro no NW da Península — A Relixión*.

L. de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia*, vol. II, pág. 277.

(2) Cfr. L. de V. — *Rel. da Lus.*, vol. II, pág. 256.

Esta lápide é dedicada — e eis aqui o seu extraordinário valor — à deusa *Nabia* (fig. 7). Nela se lê lacònicamente

NABIAE
RUFINA
V S L M

que significa indiscutivelmente

Nabiae Rufina V (otum) S (olvit) L (ibens) M (erito)
à deusa *Nabia Rufina* cumpriu de boamente o voto feito

O achado de tão preciosa relíquia esclarece um pouco o carácter do monumento, que foi, como tudo leva a crer, local de veneração ou templo da deusa *Nabia*.

O facto do aparecimento de grande número de restos de *tegulae*, entre os quais apareceram algumas ainda completas e intactas, torna verosímil a hipótese de que ali existiu um monumento coberto.

A nascente seria talvez, nesses remotos tempos, *fonte santa* onde acorriam as gentes dos arredores para implorar a protecção da deusa.

Desde agora o elemento *Nabia* que figura na segunda inscrição toma para nós um carácter e uma importância excepcionais. E surge-nos, naturalmente, esta dúvida: ¿representará aquela inscrição uma palavra só, o nome duma divindade venerada pelos naturais e mais tarde romani-

zada, como até agora se tem acreditado? Inclino-me a crer que não. Em meu entender há ali duas palavras diferentes:

Tongoe e Nabiagoi



Fig. 7 — Lápide de granito com inscrição.

a primeira nitidamente bárbara, a segunda latinizada e em genitivo, traduzindo qualquer facto relacionado com a deusa *Nabia*.

Tongoe, segundo o que vimos atrás, pode significar talvez *monumento*, *altar*, *local onde se fazem juramentos* e *Nabiagoi* é o genitivo arcaico da palavra *Nabiagus*, adjectivo com tóda a certeza derivado de *Nabia*.

Dêste modo, parece-me que a inscrição pode significar, muito provavelmente:

Altar de adoração de Nabia

Não sou, porém, latinista nem os meus conhecimentos filológicos são suficientes para basear uma interpretação definitiva da inscrição.

Aguardemos, por isso, a opinião dos mestres.

Pôrto, Junho de 1938.

CARLOS TEIXEIRA.



ROSA QUEIMADA

NA murcha roseira
Ninguém vê a flor.

Ninguém vê a rosa
Na flor ressequida.

O Sol e as neblinas
Roubaram-lhe a vida!

Mas fica o perfume
Que exalam as finas
Pétalas de lume...

PEDRO HOMEM DE MELLO.

(Do livro inédito *SEGRÊDO*).

O PROF. DR. CARLOS DE CASTRO HENRIQUES

«C'est pour le ciel que les grands amours
travaillent.»

SÓ há uma crítica verdadeira — a do coração. Tão estranho complexo, tão impenetrável mistério é a alma de uma criatura, que só a visão do amor, visão adivinha pode por entre as sombras fugídias descortinar, descobrir o núcleo da luz, a íntima verdade oculta.

Assiste-me pois o direito de falar de Carlos Henriques. A sua campa fechou-se, há pouco ainda. Evoco-o. Não são, afinal, palavras — são lágrimas. Quem poderá negar-lhes licença para correrem livremente, dolorosamente?

Diante da minha saúde surge a sua vida como facho ardente, labareda que incendeia o céu, e passa... e apaga-se.

Aos 4 anos sabia ler, aos 10, tocava piano em público. Assombrosamente inteligente, a sua carreira de estudante marcou uma série ininterrupta de triunfos, coroados por prémios, entre o alvoreço de professores e discípulos. E cada professor descobria nêle vocação decidida... para tódas as matérias. «Deve ser matemático, e que grande matemático!», pedia o Dr. Pedro Teixeira; «Deve estudar música», lembrava a sorrir o Mestre Luiz Costa. Orgulho da família, esperança de todos os que de ânimo justo com êle lidavam, florescia a vida diante do seu olhar audaz de 22 anos, como flor capitosa à espera de ser colhida.

— «Operador, se êle tem tanta habilidade» — e porque não? pensavam os pais, emocionados. Uma larga estadia na Alemanha, tódas as possibilidades, todos os projectos desfilavam na imaginação dos que viviam um grande sonho, tornado realidade próxima, realidade deslumbrante.

Foi então que encontrou a mulher, cujo sorriso angélico ia transformar para êle a face do mundo. Abandonou todos os planos — todos os projectos de glória, de ambição. Casou-se. E, nunca mais, nunca mais viveu senão para ela e por ela. O que valiam todos os sonhos diante do desejo supremo de ver alegre, feliz, a espôsa tão amada, tão coroada de bens? Onde havia glória que se comparasse à vitória de dois corações a formar um único coração, governado por uma única vontade?

O primeiro trabalho de Carlos Henriques, *Gotas de Sangue*, trabalho de um adolescente, foi imediatamente traduzido e utilizado em Espanha.

O professor Lechamarzo, hoje também entre os mortos, na sua visita ao Pôrto procurou o jovem médico, exortou-o a que continuasse a escrever, teve para êle palavras de profunda admiração e vaticinou-lhe o mais glorioso futuro.

Mas . . . o primeiro trabalho de Carlos Henriques foi o último. A vida do coração tornara-se a sua única obra.

Quanta vêz, quanta vêz em assomos de ânsia fugidia êle relembra o seu vèlho desejo de trabalhar num laboratório por essa ciência que tanto o



PROF. DR. CARLOS DE CASTRO HENRIQUES

fascinava! A vida do sábio, tôda votada à pesquisa maravilhosa, era para êle a vida por excelência. Por momentos, leve melancolia toldava-lhe os olhos — e logo rematava: «mas não posso, não posso. Tenho mulher e filhos, o primeiro dever é trabalhar para êles». Assim era. A felicidade absorvia-o, enchia-lhe todos os dias, todos os minutos. Clínico ilustre, membro do Conselho Superior da Instrução, Director da Escola de Farmácia, Carlos Henriques, por seu grande talento e seu indómito carácter, teria direito a conquistar um lugar proeminente entre a falange dos Imortais. Preferiu viver o seu romance na mais apaixonada, na mais ardente exaltação.

Para quê procurar, lutar? A vida e tôda a sua intrínseca altura tinha-a êle, encontrava-a êle no olhar azul, tão carinhoso, tão sereno, da mulher amada. Violento,

impulsivo como elemento da natureza, repousava na paixão e nada mais pedia, nada mais desejava.

. . . Vinte-e-cinco anos foram passando. Durava o encantamento, durava sempre.

O enamorado que fizera da ventura a única razão de existir, mandou fazer uma taça para erguer o seu hino fremente a vinte-e-cinco anos — plenos e rápidos como um dia. Vejo-o, radioso, iluminado, trémulo de emoção; sinto o seu olhar pousado na noiva de sempre, ao seu lado, e nos seis filhos, tão fortes, tão alegres. Na plenitude máxima, Carlos Henriques, como o paladino da lenda, erguia nas mãos o símbolo da ventura — ventura — ai de nós! quão efémera, quão enganadora.

Sem o saber era a canção do rei de Thule a que êle entoava. Poucos meses volvidos, em breves horas a morte fulminava em plena exuberância essa que, ao morrer, com ela levava tôda a alma do marido. E começou a mais espantosa tragédia, a tragédia que Shakespeare gostaria de ter escrito. Violento como fôrça indomável da natureza, o homem, condenado a morrer de amor, começou a agonizar sôbre o túmulo que encerrava essa forma humana que êle divinizara, e a que tinha encadeado tôda a sua razão de ser.

Carlos Henriques, temperamento de lutador, nunca fôra vencido, nunca conhecera obstáculos que resistissem à sua vontade frenética. Mas não há ardor que derreta o gêlo da sepultura.

Tempestuoso e insubmisso, o pobre coração, de tanto bater contra lâgeas mudas despedaçou-se. Não podia continuar a viver êsse homem de 47 anos. Aos 22, entre a glória e a ventura, escolhera a ventura. Agora, na maturidade da vida, escolhia a morte. E deixou-se morrer, lentamente, aos bocados, na mais tremenda das agonias. O seu cérebro em fogo punha-se a escalar as alturas inacessíveis. Êle que, durante as horas plenas nunca se lembrara de perscrutar arcanos, agora, «desesperado» do Infinito, em febre, loucamente, audaciosamente, só conhecia um desejo: explorar os mistérios do Além. Não podia ir buscá-la, não podia arrancá-la ao Deus que a levava — decidiu ir ter com ela, partilhar com ela — o que há para depois da vida. Não existe organismo, de ferro que fôsse, capaz de agüentar as labaredas que se torciam rebeldes, sibilantes, dentro daquele cérebro, daquele coração em luta. Entre tôdas as roupagens que o seu espírito soubera envergar, faltava a capa cinzenta, tão modesta, tão preciosa — as vestes humildes da resignação, nunca protegeram, nunca agasalharam o pobre que tremia de frio, para logo se sentir caldeado ao fogo de mil tormentos. Blasfemava... e rezava. Meigo, sedento de carinho, ansioso de ternura, ternura sem-fim, tudo lhe faltara. Fizera de uma mulher, carne perecível, ídolo para as energias imensas, para tôdas as capacidades titânicas da sua ânsia excessiva.



PHOEBE LAUGHTON PARRY DE CASTRO
HENRIQUES

(Sanguina de Antônio Carneiro).

Tudo ruíra em tórno dele. E, como era extraordinariamente bom e extraordinariamente lúcido e extraordinariamente consciente, sofria como talvez poucos hajam sofrido! — «nunca eu saiba contar a sua história aos que ainda em vida não choraram!» — tinha seis filhos; a voz, que nenhuma paixão consegue fazer calar, falava alto por entre as paragens do vulcão, a explodir lava incandescente.

Carlos Henriques tinha a consciência do que o dever lhe ordenava — mas não podia . . .

Teatro dos mais desencontrados sentimentos, êsse desventurado que nunca mais dormira sem recorrer ao auxílio que intoxica, conheceu dois anos da mais atroz agonia.

Lia, chorava, clamava, despedaçava-se.

Estruturalmente religioso, profundamente sensível, a agonia mental arrancava-lhe uivos de revolta, imprecações que logo o coração condenava em lágrimas que queimavam a pobre face macerada.

E, pouco a pouco, foi o espírito devorando a matéria. Que importa o caminho doloroso? Por seu tremendo sofrimento, purificou-se, pelo seu maravilhoso amor, subiu ao céu. Mártir lusíada — intelectual que preferiu ser romântico, êle não será nunca esquecido. O talento e a desgraça nêle se juntaram. Não murcha a coroa que lhe cinge a fronte — se ela é coroa de espinhos, coroa vivaz! Na sua horrível agonia, conheceu as mais inconcebíveis dedicações. Possa Deus abençoar os que para com êle tiveram piedade! Carlos Henriques viverá na memória dos que o ouviram — e êsses hão de contar aos outros . . .

Ouvi dizer que, no leito da morte, a sua face se transfigurava. A grande paz, a suprema dignidade restituíram a beleza à caveira calcinada que só a pele recobria.

«Com os pés em chaga, em demanda da Verdade». De Carlos de Castro Henriques podemos dizer: chagado por mil incomportáveis dores, sem descanso, pelo caminho mais doloroso, mais eriçado de puas candentes, êle procurou Deus, procurou a Verdade. É um mártir lusíada.

Outubro de 1938.

MARIA HENRIQUES OSWALD.

DOIS SELOS MEDIEVAIS

VISITANDO há tempos a amiga e acolhedora casa dos Morgados de S. João da Madeira, naquela simpática vila — construção do princípio do século XVII, sóbria mas aparatosa, com suas sacadas de pedra e varandas de ferro forjado e sua escada de granito, larga e bem lançada, guarnecida de grandes volutas —, o Dr. Carlos Leme Pizarro Côte-Real, seu amável proprietário, mostrou-nos o valioso arquivo de documentos de família que possui.

Títulos de propriedade, processos, escrituras, testamentos, mercês régias, justificações de nobreza, privilégios e árvores genealógicas, amontoam-se, aliás em perfeita ordem, dentro de certo magnífico armário de madeira finamente entalhada. Guardam-se ali, além dos papéis de carácter acentuadamente particular, relativos às sucessivas gerações dos seus avoengos, aqueles que dizem respeito ao morgadio de S. João da Madeira, ao senhorio do Gafanhão e a outros vínculos dos Lemes e dos Côte-Reais; é, sobretudo, numerosa e variada, a colecção de pergaminhos medievais, de alguns dos quais pendem ainda selos que os autenticam e aumentam o seu valor.

Pareceu-nos interessante chamar a atenção dos esfragistas para os dois exemplares, curiosos e pouco vulgares, aqui reproduzidos em fotografia.

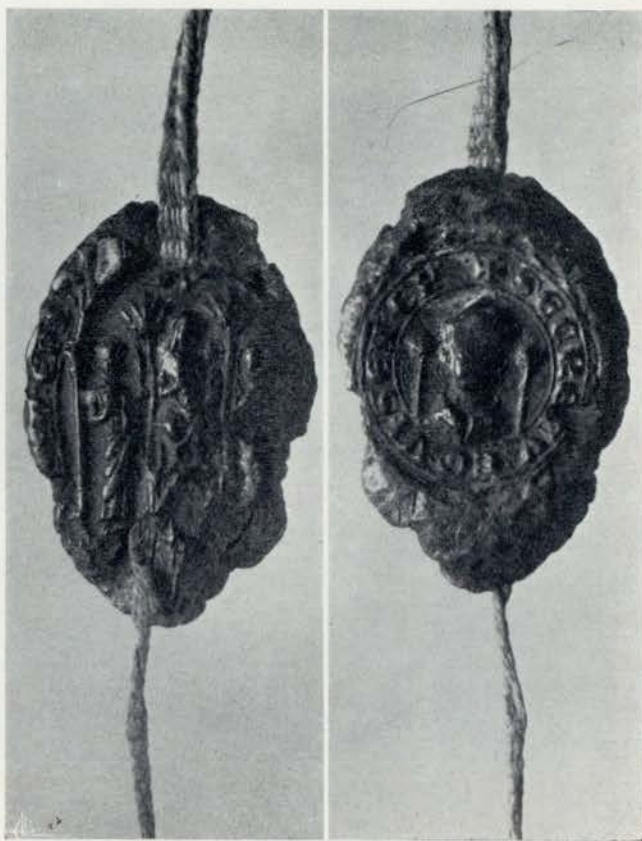


Fig. 1

■

O primeiro (fig. 1), encontra-se pendente de uma trança de algodão azul e branco, presa a um pergaminho de 0^m,142 de largo por 0^m,116 de

alto, tendo na parte inferior a costumada dobra de refôrço para a suspensão do sêlo.

Refere-se o documento em questão, ao senhorio da vila do Gafanhão, povoação beiroa situada entre Viseu e Castro Daire. É uma carta do Bispo de Viseu, escrita em primorosa letra de tipo francês e redigida em latim, do ano de 1295, pela qual faz saber que por contrato de escambo ou permutação realizado com D. João, Bispo de Lisboa, êste último prelado passou a

ser padroeiro da igreja de Santa Maria do Gafanhão e seu couto.

O sêlo, de forma elipsoidal, mede cinco centímetros por três e meio. É de cera e o assunto, composto à sombra de um arco românico, representa a Virgem entre mártires, ladeada por duas palmeiras e encimada pelo Espírito Santo, sob a forma de pomba; em baixo, a figura orante de um bispo.

Da legenda, quási indecifrável pela deterioração da cera, sòmente se podem ver as seguintes letras:

.....R: EPI.....

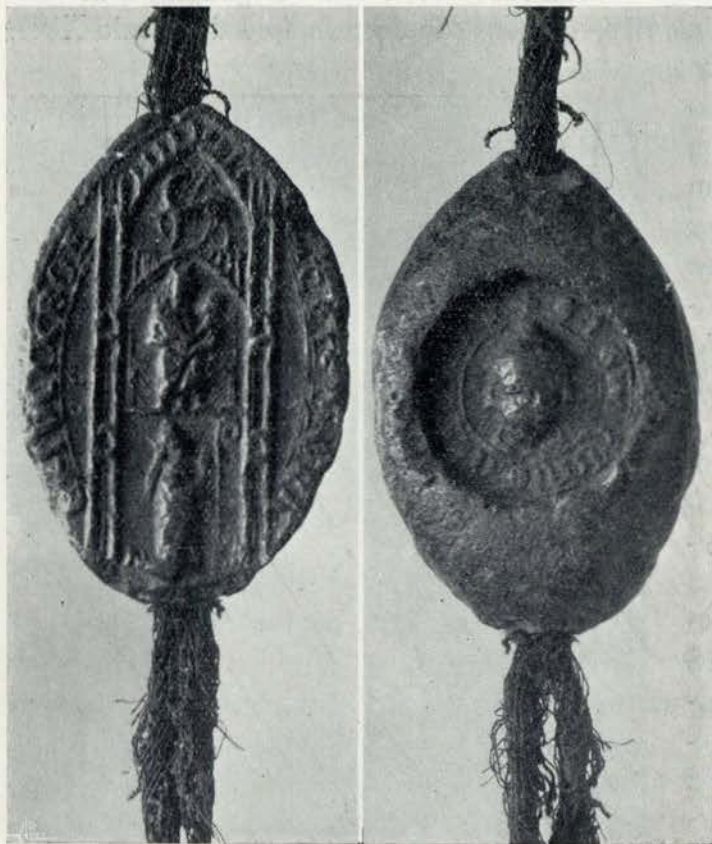


Fig. 2

um busto mitrado, visto de frente e ladeado por duas palmeiras. À volta aparecem os dizeres:

+SECRETV:EO:VISEÑ:EP:



Quanto ao segundo exemplar (fig. 2), acha-se pendente de outro pergaminho de 0^m,19 de largo por 0^m,61 de alto, também com sua dobra de refôrço ao fundo, atravessada pelo respectivo cordão de tecido de sêda encarnada.

Êste documento, igualmente redigido em latim e escrito em letra francesa muito perfeita, alusivo ainda ao Gafanhão, vem a ser o instrumento de escambo do mencionado senhorio, entre o Bispo de Lisboa e o Bispo de Coimbra, a 25 de Junho de 1304 (era de 1342).

As dimensões do sêlo — elipsoidal e de lacre vermelho — são de seis centímetros por quatro. Mostra-nos, dentro de uma edícula gótica, a Virgem sentada num faldistório, coroada e sobrepujada pelo *Agnus Dei*; por baixo, a figura orante de um bispo.

Ao-redor, em caracteres iniciais, aparecem ainda os restos de uma legenda:

.....EPIVLIXBOA

O contra-sêlo, redondo, figura um busto mitrado, circundado por já muito desgasto letreiro, de que apenas se percebe:

+ SECRETUME.....



Como, infelizmente, são raros em mão de particulares, os documentos da Idade-Média que conservem os selos respectivos, ocorreu-nos que o conhecimento da existência dêstes dois, seria porventura grato aos eruditos especialistas do assunto.

Tal foi o motivo que nos levou a redigir as presentes linhas.

CONDE DE CAMPO BELLO (D. HENRIQUE).



BÊNÇÃO

DESÇAM aos vossos corações unidos,
Bênçãos e flores, bênçãos e sorrisos!
Abram-se aos vossos olhos confundidos
Aquêles inda ocultos paraísos!

Deus, vela os seres que dos teus avisos,
Um instante, olvidaram-se impelidos!...
Ah! quantas dores, sonhos reprimidos,
Antes, Senhor, dos teus caminhos lisos!

Desça, lá dos espaços invisíveis,
Aquêlê olhar misterioso e oculto,
Cheio de graças, bem imperecíveis!

E que no amor, na luz embevecidas,
Em ti, Senhor, à sombra do teu vulto,
Ascendam ao céu puro as vossas vidas!

(Inédito — Junho, 1938).

ANTÓNIO PÔRTO-ALÉM.

UMA CARTA DE BRASÃO DE ARMAS DE EL-REI D. FERNANDO

DESDE o meado do século XVIII que, em Portugal, os Brownes andam ligados aos Clamouses por aliança de casamento, constituindo-se assim, no decorrer dos anos, uma família portuguesa.

Emigrados da Irlanda, sua pátria, onde gozavam de foros de nobreza, os Brownes, para fugirem às perseguições religiosas ali muito encarniçadas naquela época, vieram para o nosso País. Foi (A) André Browne, natural de Killarney, condado de Kerrgna, que dessa ilha desceu, estabelecendo-se no Pôrto, no século XVII. No século imediato, os Clamouses, procedentes de Toulouse, onde tinham solar, cá se fixaram igualmente, sendo o seu chefe (A) Bernardo de Clamouse, côsul de França naquela cidade (1).

De estirpe nobre, a seu filho, Bernardo também (B), foi, em 16 de Setembro de 1776, registada, em Portugal, a carta de armas que em 4 de Dezembro do ano anterior, lhe tinham passado naquela nação e o embaixador português em Paris reconhecera (2).

Bernardo de Clamouse (B), fidalgo-cavaleiro da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, já nasceu no Pôrto.



MANUEL DE CLAMOUSE BROWNE

Aquarela de G.^{no} Mazmocchi, pertencente a D. Maria da Felicidade de Clamouse Browne van Zeller.

(1) Foi casado com D. Genoveva Hartsoeker. Sua filha mais nova, D. Ana Isabel, casou, em Janeiro de 1758, com Jácome Ratton, francês estabelecido em Lisboa, industrial e proprietário importante, que deixou um livro de *Memórias*, cuja primeira edição (1813), é hoje raridade bibliográfica.

(2) Vasco Valente — *Ensaio Genealógico* — Vol. I — Pôrto — A. D. MCMXVI.

Sua irmã (B) D. Francisca Xavier de Clamouse, casou com o Dr. Pedro Browne (B), filho do citado (A) André Browne.



D. MARIA DA FELICIDADE DO COUTO
BROWNE

Marfim pertencente a D. Maria da Felicidade
de Clamouse Browne van Zeller.

Desta união nasceu Domingos de Clamouse Browne (C), cônsul de França no Pôrto, fidalgo-cavaleiro da Casa Real, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, que casou com D. Maria Custódia do Nascimento, filha de Domingos Fernandes Lada e de sua mulher D. Maria da Cruz.

(C) Domingos de Clamouse Browne e D. Maria Custódia do Nascimento Browne, tiveram:

(D) Manuel de Clamouse Browne, fidalgo-cavaleiro da Casa Real, comendador das Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, proprietário e negociante de grosso trato da praça do Pôrto.

Casou com D. Maria da Felicidade do Couto (1), cujo talento poético iluminou com intenso fulgor a brilhante sociedade literária romântica portuense do começo da segunda metade do século XIX e à roda de quem gravitaram os astros de primeira grandeza, da época, nas artes, nas

ciências e nas letras, que assiduamente lhe freqüentavam os salões aristocráticos e acolhedores.

(1) Publicou quatro livros de versos, hoje bastante raros, porque a edição foi limitada e não entrou no mercado. Não trazem nome de autor. Tem sido discutido se *Coruja Trovadora* e *Sóror Dolores*, títulos de dois deles, são também pseudónimos de que se serviu para firmar poesias que apareceram em jornais do tempo, mais freqüentemente na *Miscelânea Poética*, semanário que, por 1851, via a luz do dia no Pôrto. Quanto ao segundo não pode haver dúvidas de que o usou, porque ela própria o declara a páginas 56 das *Virações da Madrugada*. Precedendo a poesia *No Prado do Repouso*, lê-se: «Por ocasião de se publicarem os versos à *Morte do Vate*, debaixo do pseudónimo de *Sóror Dolores*». Esta composição está a páginas 51.

Os quatro volumes, são: *Sonetos e Poesias Líricas*, que ainda não consegui ver, *Sóror Dolores*, *Virações da Madrugada* e *Coruja Trovadora*.

Sóror Dolores — *Trifles light as air*, Shakspeare. — Pôrto, 1849. Editor: Gandra & Filho. 141 páginas numeradas e 3 inumeradas; nas duas últimas o índice e errata em N. B. Contém 56 poesias. No frontispício, uma lira debaixo de um resplendor radiante, como a iluminá-la com seus raios e entre duas hastes de rosas e de murta ligadas nos pés

D. Maria da Felicidade nasceu a 10 de Janeiro de 1800 e faleceu no Pôrto a 8 de Novembro de 1861 (1).

El-Rei D. Fernando, Regente do Reino, concedeu em 13 de Fevereiro de 1855, a Manuel de Clamouse Browne, carta do brasão (2) de seus maiores, assinada por o rei de armas Portugal, Manuel Francisco de Freitas, registada a 14 dos mesmos mês e ano, a fls. 395 do Livro 8.º do «Registo dos Brazões de Armas de Nobreza e Fidalguia do Reyno e seus Dominios», ainda inédita.

Na posse, hoje, dos seus descendentes do ramo primogénito Clamouse Browne van Zeller (3), por sua gentilíssima deferência, vamos reproduzi-la, acompanhada de quatro fotografias das três primeiras páginas e do brasão, na verdade interessantes.

A cercadura que ornamenta as oito páginas de que se compõe, a vermelho, amarelo e verde, as letras do frontispício e o desenho elegante que envolve o escudo, ao qual sustentam um leão de ouro e um unicórnio

por uma fita e um anel de fôlhas imbricadas. *Virações da Madrugada* — 1854 — sem lugar nem impressor, duas fôlhas inumeradas, abrangendo o frontispício e a errata e 240 páginas numeradas, as últimas quatro de índice. Contém 91 poesias, sendo as primeiras 56 as publicadas em *Sóror Dolores. A Coruja Trovadora — Trifle, light as air*, Shakspeare. 24 poesias em 58 páginas não numeradas, enquadradas em filetes duplos. Sem nome de autor nem indicação de lugar, ano e tipografia. Uma das poesias, «Adeus a um chorão», tem a data de 29 de Setembro de 1848; outra, «A acácia», 10 de Outubro de 1848; «Um beijo à meia-noite», marca: «Quinta da Boa Vista, Choupêlo: 8 de Outubro de 1848.» (Quinta em Vila Nova de Gaia). «A Jarra de Flores» traz no fim a nota de «2.ª edição». Pequenas vinhetas fecham as poesias, de que destaco, a mais curiosa, dois rechonchudos amorzinhos a beijarem-se, abraçados. São adequados ao assunto versificado.

(1) Jaz no cemitério da Lapa, no Pôrto, em jazigo, junto de seu marido, filhos, filha D. Eulália van Zeller e genro Frederico van Zeller. Próximo lhe fica a capela dos Viscondes de Vilarinho de S. Romão, onde repousa a outra sua filha, D. Júlia, 2.ª Viscondessa de Vilarinho.

(2) Mencionada com o n.º 1863, pág. 470, do *Arquivo Heráldico*, de Sanches de Baena. No seu *Índice Heráldico* este autor descreve as armas dos Clamouses, mas não as dos Brownes, a-pesar-de dizer que o *Índice* é organizado com referência ao *Arquivo*, datado de 1873, no qual inclui Manuel de Clamouse Browne, possuidor de carta de armas desde 1855.

(3) O primogénito é hoje o Dr. Manuel de Clamouse Browne van Zeller, engenheiro-agrônomo, solteiro, que nasceu a 11 de Outubro de 1876, filho de Manuel de Clamouse Browne van Zeller e de D. Camila Ernestina de Araújo Rangel Pamplona, filha de Joaquim de Araújo Rangel Pamplona e Castro (dos Rangeis de Fânzeres, de que era o representante) e de D. Emília Leite Pereira de Melo e Alvim, da Casa da Companhia de Paço de Sousa. Manuel van Zeller (pai), que nasceu a 15 de Fevereiro de 1851 e faleceu na sua casa de Fânzeres a 14 de Novembro de 1928, era filho de D. Eulália Browne van Zeller e, por isso, neto de Manuel de Clamouse Browne. Portanto, o Dr. Manuel van Zeller é seu bisneto e de D. Maria da Felicidade do Couto Browne e, por seu avô paterno Frederico van Zeller, segundo sobrinho do Rev. Ricardo van Zeller, virtuoso Arcediago de Oliveira, fundador do Asilo de Vilar, que tem o seu nome.



Jazigo de D. Maria da Felicidade do Couto Browne, no cemitério da Lapa, no Pôrto. À esquerda, vê-se a frente do dos Viscondes de Vilarinho de S. Romão, onde está sepultada sua filha D. Júlia, 2.^a Viscondessa.

(Foto E. Ennor).

de prata e de que pendem as comendas de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, são de-veras notáveis e fazem com que esta carta de armas se destaque entre os documentos da espécie, do seu tempo.

Para lamentar, porém (e não digo estranhar porque, infelizmente, o armorial português encontra-se cheio de erros desta natureza em documentos oficiais que deles deviam estar isentos), é que as armas dos Clamouses fôssem iluminadas com a composição errada e em desacôrdo com o texto da carta que, aliás, descreve as verdadeiras armas correctamente: «na segunda (pala) as dos Clamouses que são: Em campo azul do lado direito um pé de lírio com três flores e suas fôlhas de ouro, e da esquerda um pato de prata, nascidas estas figuras de campina verde. Chefe de ouro carregado de um casco de negro.»

O que se vê no escudo é diferente: a segunda pala está cortada e, no primeiro, de ouro, assenta o casco de negro.

Brazão de Armas
de
Manoel Clamouse Browne
Fidalgo Cavalleiro da Caza Real
Commendador das ordens de Christo
e de Nossa Senhora
da Conceição de Villa Viçosa

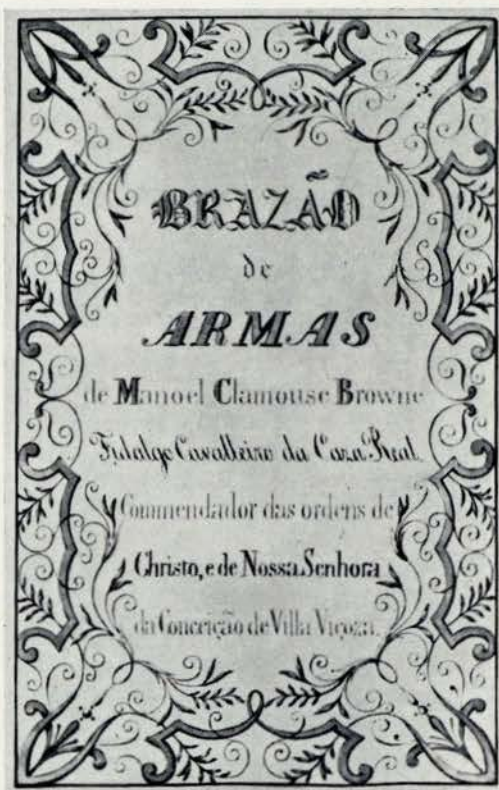
D. Fernando Rey Regente dos Reynos de Portugal, Algarves & em Nome de El Rey: Faço saber aos que esta Minha Carta de Brazão de Armas de Nobreza e Fidalguia virem: Que Manoel de Clamouse Browne (1), Fidalgo Cavalleiro da Caza Real, Commendador

(1) A págs. 122 do Catálogo Geral da 1.^a Exposição de «Ex-Libris» em Portugal, MCMXXVII, vem reproduzido em gravura o «Ex-Libris» de Manuel de Clamouse Browne, com a indicação: «Inglês, na colecção Conde da Folgosa». A págs. 121 lê-se: «Browne

das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, Proprietario e negociante de groço tracto, Me fez petição dizendo que pela Sentença de Justificação de sua Nobreza a ela junta proferida e assignada pelo Doutor José Antonio Ferreira Lima, Juiz de Direito da quarta Vara da Comarca Judicial de Lisboa, subscripta por Antonio de Faria Chaves um dos Escrivães do mesmo Juizo, se mostrava que elle é filho legitimo de Domingos Browne, Cavalleiro Professo na ordem de Christo, consul que foi da Nação Franceza na Cidade do Porto, e de sua mulher Dona Maria Custodia Browne; neto por parte paterna do Doutor Pedro Browne, natural da Cidade de Brudoz, nos Estados de Flandes, e de sua mulher Dona Francisca Xavier de Clamouse, natural da Cidade do Porto, bisneto por o mesmo lado de André Browne, natural de Killarney, Condado de Kerrgna, na Irlanda, descendente da familia dos Brownes do dito Condado que sempre uzarão de

Armas: segundo Sobrinho de Bernårdo de Clamouse, irmão de sua Avó paterna, Cavalleiro da ordem de Christo, natural da Cidade do Porto a quem se passou Brazão de Armas em dezeseis de Setembro de mil setecentos setenta e seis, neto por parte materna de Domingos Fernandes Lada e de sua mulher Dona Maria da Cruz. E que os referidos seus Paes, Avós e mais ascendentes são pessoas nobres e illustres, das familias dos Brownes e Clamouses, e como tães se tratårão sempre á Ley da Nobreza, com Armas, creados e cavallos sem que em tempo algum commettessem crime de Leza Magestade Divina ou Humana. Pelo que Me pedia elle supplicante por especial Mercê que para a memoria dos seus proginitores se não perder, e para clareza de sua antiga Nobreza, lhe Mandasse dår Minha Carta de Brazão com as Armas das familias de Brownes, de origem Irlandeza, e que são em campo de prata uma Aguiã preta de duas cabeças com azas abertas, e por Timbre a mesma Aguiã, e de Clamouses, para dellas tambem uzår na forma que as trouxerão e foram concedidas aos seus proginitores. E vista por Mim a dita sua petição e Sentença e constar de tudo o referido que a

elle como descendente das mencionadas familias lhe pertence uzår e gozår de suas Armas segundo o Meu Regimento e ordenação de Armaria, lhe Mandei passar esta Minha Carta de Brazão dellas na forma que aqui vão brazonadas devizadas e illuminadas com cores e metaes, segundo se acham registadas no Livro do Registo das Armas de Nobreza e Fidalguia destes Reynos, a saber: Hum escudo partido em palla, na primeira as Armas dos Brownes que são, em campo de prata uma Aguiã preta de duas cabeças com



(Manuel de Clamous?), negociante inglês, que residiu no Pôrto» e na pág. 119, que caracteriza o grupo de «Ex-Libris» que a seguir estão descritos, é êle indicado como de *estranjeiro relacionado com Portugal*. Oportuno é agora desfazer êste êrro, pois Manuel de Clamouse Browne, embora de ascendência irlandesa e franceza, era portuguez e bem de alma e coração, o que tudo está oficialmente reconhecido e êle tanta vêz provou durante a sua bela vida cheia de actos de filantropia.

as azas abertas; na segunda as dos Clamouses que são, em campo azul do lado direito um pé de Lirio com trez flores e suas folhas de ouro, e da esquerda um Pato de prata, nascidas estas figuras de campo verde, chefe de ouro carregado de um casco de negro. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metaes e cores das Armas. Timbre dos Brownes que é a Aguia das Armas. E por differença uma brica azul com um bezante de ouro (1). O qual Escudo e Armas poderá trazer e uzár tão sómente o dito Manoel de Clamouse Browne, assim como as trouxerão e uzarão os ditos nobres e antigos fidalgos seus antepassados, em tempo dos Senhores Reys destes Reynos, e com ellas poderá exercitar todos os actos licitos da guerra e da paz. E assim mesmo as poderá trazer e uzár em seus firmaes, aneis, reposteiros, tellizes, e baixellas signetes e devizas, polas em suas cazas, capellas e mais edificios e deixal-as gravadas sobre sua propria sepultura e finalmente se



podrá servir, honrar, gozar e aproveitar dellas em tudo e por tudo, como á sua Nobreza convem. Com o que Quero e Me Praz que haja elle todas as honras, privilegios, liberdades; graças, mercês, izençõens e franquezas que hão e devem haver os fidalgos e nobres de antiga linhagem, e como sempre de tudo uzarão e gozárão os ditos seus antepassados. Pelo que Hei por bem Mandar em Nome de El Rey a todos os Juizes e mais Justiças destes Reynos e em especial aos Meus Reys de Armas, Arautos e Passavantes e a quaesquer outros officiaes e pessoas a quem esta Minha Carta fôr mostrada e o conhecimento della pertencer, que em tudo lhe cumprão e guardem a fação inteiramente cumprir e guardar como nella se contem, sem duvida nem embargo algum que a ella seja posto porque assim é Minha Mercê El Rey Regente em Nome de El Rey o Mandou por Manoel Francisco de Freitas, Seu Rey de Armas Portugal. E pagou duzentos dez mil e seis centos reis de Direitos de Mercê, cinco por cento addicionaes e imposto para a amortisação das Notas do Banco de Lisboa, como fez constar pelo recibo de talão numero mil trezentos setenta e seis assignado pelo

Chefe da segunda Repartição da Direcção Geral da Thesouraria do Ministerio da Fazenda, Francisco Antonio Pereira de Magalhães, e pelo Thesoureiro Pagador, Joaquim Apolinario Moreira de Sá, e pelo conhecimento assignado por Joaquim Januario de Saldanha Machado, Thesoureiro da Administração da Moeda e Papel e pelo Escrivão de Receitas Cazemiro Ignacio Pereira. Henrique Carlos de Campos Escrivão da Nobreza destes Reynos e seus Dominios afez escrever e subscreveu aos treze de Fevereiro de mil oito centos cincoenta

(1) Noto aqui a omissão, até há pouco, das armas dos Brownes nos armoriais portugueses que, no entanto, registavam as dos Clamouses. Não existia motivo para inserirem umas e outras não. No fascículo n.º 5 do *Brasonário de Portugal*, de Armando de Matos, edição da Livraria Fernando Machado, Pôrto, foi reparada esta falta, vendo-se o brasão dos Brownes, colorido, com o n.º 304 e a respectiva descrição a pág. 84. Repare-se no timbre que é a águia das armas reproduzida completa.

e cinco. E eu Henrique Carlos de Campos afiz escrever e subscrevi. O Rey d'Armas Portugal Manoel Francisco de Freitas.

*
* *
*

ALIANÇA DE BROWNES COM CLAMOUSES

A — André Browne, natural de Killarney, condado de Kerrgna, Irlanda (século XVII). Foi seu filho

B — Doutor Pedro Browne. C. c. D. Francisca Xavier de Clamouse, filha de Bernardo de Clamouse, natural de Toulouse, Cônsul de França no Pôrto (século XVIII) e de sua mulher D. Genoveva Hartsoeker. Tiveram

C — Domingos de Clamouse Browne, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Comendador das Ordens de Cristo e da Conceição, Cônsul da França no Pôrto. C. c. D. Maria Custódia do Nascimento.

Foram os pais de:

D — Manuel de Clamouse Browne cuja carta de brasão de armas deu origem a êste artigo.

*
* *
*

DESCENDÊNCIA DE MANUEL DE CLAMOUSE BROWNE

1 — Manuel de Clamouse Browne, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Comendador das Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Fundador da Real Sociedade Humanitária de Socorros a Náufragos (Pôrto, 1852) que dotou com o fundo de dez contos de réis, de seu bôlso particular. Proprietário e negociante de grosso trato, da cidade do Pôrto. Faleceu a 13 de Fevereiro de 1855, tendo casado com D. Maria da Felicidade do Couto, que nasceu a 10 de Janeiro de 1800 e faleceu, no Pôrto, no dia 8 de Novembro de 1861.

Filhos:

2 — Manuel de Clamouse Browne Júnior, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Ministro de Portugal na Turquia que, alistado sob o comando de Lord Cardigan, tomou parte na célebre carga de cavalaria de Balaklava, contra os russos (1854). Morreu solteiro.

2 — Ricardo de Clamouse Browne, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro da Muito Nobre Ordem da Tôrre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, mercê que lhe foi concedida por tentar salvar, num pequeno barco, os náufragos do vapor *Pôrto*, que sossobrou à entrada da barra do Douro, em 29 de Março de 1852, tragédia que entrou nos anais das grandes catástrofes marítimas (1). Foi cultor exímio da música, da poesia

(1) O Sr. Conselheiro António Cabral, no seu *Camilo de Perfil*, conta que, quando praticou esta temeridade, Ricardo Browne ia acompanhado por o Conselheiro António Ribeiro da Costa e Almeida. Foi, êste, professor ilustre e vulto importante e muito

e da esgrima e ainda hoje é rememorado no Pôrto como árbitro das elegâncias, imitado por todos os janotas do seu tempo. Morreu solteiro.

2 — D. Eulália Ernestina que segue.

2 — D. Júlia que segue no § único.

A — CLAMOUSE BROWNE VAN ZELLER

2 — D. Eulália Ernestina de Clamouse Browne. Casou a 28 de Abril de 1847 com Frederico van Zeller, que nasceu a 31 de Março de 1803 e faleceu em Março de 1871, filho de Henrique Pedro van Zeller e de D. Maria Juliana Köpke, neto paterno de Arnaldo João van Zeller e de D. Ana Francisca Henckell e materno de Nicolau Köpke e de D. Dorotea Schwerin. Ligaram-se, por êste casamento, os Brownes com os van Zellers, ramo do Pôrto (1).

Filhos:

3 — Manuel, que segue.

3 — Henrique Maria de Clamouse Browne van Zeller, que nasceu a 29 de Setembro de 1852 e faleceu em 1930, tendo casado com D. Joana Sofia de Araújo Rangel Pamplona, falecida, filha de Joaquim de Araújo Rangel Pamplona e Castro, senhor da Casa de Montezelo, em Fânzeres, Gondomar, Fidalgo da Casa Real, Coronel Agregado de Milícias da Maia, convencionado de Évora Monte, e de sua mulher D. Emília Leite Pereira de Melo e Alvim, da Casa de Paço de Sousa, em Paredes. Tiveram

4 — D. Maria da Felicidade de Clamouse Browne van Zeller que nasceu a 9 de Junho de 1882, viúva de Alberto Sepúlveda, bacharel formado em Direito. S. G.

4 — Ricardo de Clamouse Browne van Zeller que nasceu a 25 de Fevereiro de 1884 e faleceu, solteiro, a 5 de Dezembro de 1912.

conhecido no Pôrto, onde viveu até idade avançada e onde morreu. Ocupou situações políticas de destaque, governador civil, presidente da Câmara Municipal, etc.

Depois desta desgraça, Manuel de Clamouse Browne fundou, a expensas suas, a Real Sociedade Humanitária de Socorros a Náufragos, da qual ainda existe o edifício no Passeio Alegre, na Foz-do-Douro.

(1) Domingos Browne e D. Maria Custódia, pais de Manuel de Clamouse Browne, tiveram também uma filha, D. Genoveva, que nasceu a 15 de Novembro de 1784 e faleceu a 14 de Fevereiro de 1864; casou a 25 de Setembro de 1810 com José Pedro van Zeller, Cônsul Geral da Turquia em Lisboa, que nasceu a 9 de Fevereiro de 1786 e faleceu a 16 de Novembro de 1857, criando assim outro ramo Clamouse Browne van Zeller, que se fixou em Lisboa e é hoje representado por seu neto, o brigadeiro Alexandre Inácio de Barros van Zeller que nasceu a 8 de Julho de 1876, c. c. g., filho de seu filho Félix van Zeller e de D. Gabriela de Sousa e Barros van Zeller.

José Pedro van Zeller era filho de Arnaldo João van Zeller, 11.º filho de Arnaldo João van Zeller, nascido em Roterdão e vindo para Portugal, onde foi tronco de van Zellers.

O marido de D. Eulália de Clamouse Browne também era neto do mesmo Arnaldo João van Zeller, como filho de seu 12.º filho Henrique Pedro van Zeller.

Ligaram-se, assim, duplamente, Clamouses Brownes com van Zellers, por os casamentos dos dois primos co-irmãos com duas senhoras, tia e sobrinha, formando dois ramos, um em Lisboa, outro no Pôrto.

3 — Manuel de Clamouse Browne van Zeller. Nasceu a 15 de Fevereiro de 1851 e faleceu a 14 de Novembro de 1928, no estado de viúvo, tendo casado em primeiras núpcias com D. Camila Ernestina de Araújo Rangel Pamplona e em segundas com D. Emília Cristina de Araújo Rangel Pamplona, sua cunhada, ambas irmãs da mulher de seu irmão Henrique Maria, acima citado. D. Camila nasceu a 21 de Março de 1847 e faleceu a 6 de Setembro de 1899; D. Emília foi herdeira da Casa de Montezelo, de seu pai, que legou a suas sobrinhas e enteadas, abaixo.

Filhos do primeiro matrimónio:

- 4 — Manuel } Morreram
4 — Frederico } infantes
4 — Manuel de Clamouse } em 1876

Browne van Zeller; nasceu a 11 de Outubro de 1876. Distinto engenheiro-agrónomo por o antigo Instituto de Agronomia e Veterinária de Lisboa. Solteiro, reside na Casa de Montezelo, Fânzeres e é o actual representante do ramo primogénito de Manuel de Clamouse Browne, seu bisavô.

4 — Frederico, que segue.

4 — D. Maria de Lourdes de Clamouse Browne van Zeller; nasceu a 10 de Outubro de 1878 e casou na capela da Casa de Montezelo, Fânzeres, a 7 de Janeiro de 1914, com Jaime de Castro Leitão, filho de Narciso Pinto Leitão e de sua mulher D. Virgínia de Castro Leitão, que nasceu a 17 de Dezembro de 1871.

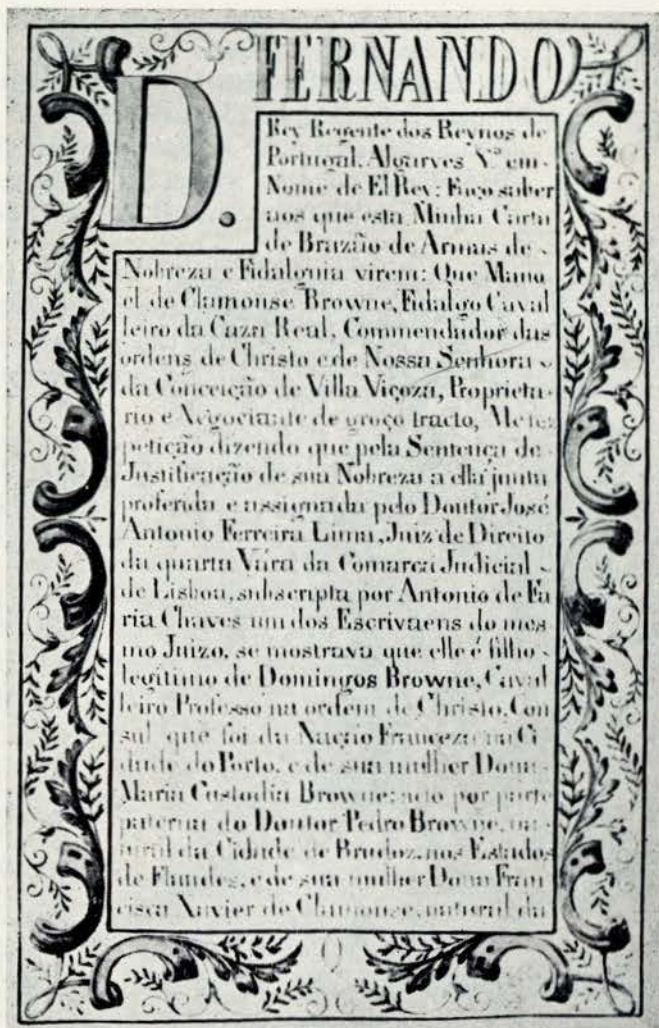
Filhos:

5 — Jaime Jorge van Zeller Leitão; nasceu a 26 de Janeiro de 1917.

5 — Manuel van Zeller Leitão; nasceu a 28 de Março de 1918.

4 — D. Maria Júlia de Clamouse Browne van Zeller; nasceu a 15 de Setembro de 1879. Vive solteira na Casa de Montezelo, que, com suas irmãs, herdou de sua tia D. Emília, como ficou dito.

4 — D. Maria Emília de Clamouse Browne van Zeller; nasceu a 31 de Março de 1881 e faleceu na sua casa de Amarante a 26 de Agosto de 1933, tendo casado a 7 de Novembro de 1908, na capela da Casa de Montezelo, com Luiz de Macedo da Cunha Coutinho, de Amarante, filho de Pedro Maria de Macedo da Cunha Coutinho e de sua mulher D. Amélia Teixeira Mendes.



Filhos:

- 5 — Pedro Maria; nasceu a 27 de Setembro de 1909 e faleceu a 10 de Janeiro de 1928.
- 5 — D. Camila; nasceu a 8 de Dezembro de 1910 e faleceu a 8 de Janeiro de 1930.
- 5 — D. Maria Amélia; nasceu a 24 de Fevereiro de 1912.
- 5 — Luiz; nasceu a 18 de Setembro de 1913.
- 5 — D. Maria Manuela; nasceu a 4 de Fevereiro de 1915.
- 5 — Manuel; nasceu a 4 de Junho de 1916.
- 5 — Ricardo; nasceu a 12 de Dezembro de 1917 e faleceu a 23 de Agosto de 1918.
- 5 — D. Maria de Lourdes; nasceu a 9 de Agosto de 1919.
- 5 — D. Maria Eulália; nasceu a 21 de Março de 1921.



Brasão de armas de Manuel de Clamouse Browne
(1855).

4 — D. Maria Eulália; m. m.

4 — D. Maria Eulália; nasceu a 21 de Janeiro de 1886. Vive solteira na Casa de Monte'lo.

4 — Frederico de Clamouse Browne van Zeller; nasceu a 7 de Novembro de 1877 e casou a 2 de Setembro de 1903 com D. Júlia Veloso da Cruz, filha de António Veloso da Cruz e de D. Teresa de Jesus Gomes.

Filhos:

5 — Frederico, que segue.

5 — D. Maria; nasceu a 9 de Junho de 1906. S.

5 — D. Maria Teresa; nasceu a 25 de Julho de 1907. S.

5 — Manuel António; nasceu a 18 de Janeiro de 1909. S.

5 — D. Cecília; nasceu a 25 de Janeiro de 1910. S.

5 — D. Júlia; nasceu a 31 de Março de 1915. S.

5 — Frederico Veloso van Zeller; nasceu na Casa da Fonte Santa, em Vila Nova de Gaia, a 26 de Dezembro de 1904 e casou na capela da Casa de Carvalho de Arca (Guimarães)

a 29 de Agosto de 1936, com D. Maria Fernanda de Paiva Castelbranco Leite Brandão que nasceu a 28 de Agosto de 1911, filha de João de Paiva de Faria Leite Brandão, oficial da Marinha de Guerra (antigo Governador Civil do Funchal, antigo vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Pôrto, Senhor das Casas do Pomar, na Póvoa-do-Lanhoso, de Paredes, em Viana-do-Castelo e de Carvalho de Arca, em Guimarães) e de sua segunda mulher D. Maria Vera de Castelbranco Machado, neta paterna de João de Paiva de Faria Leite Brandão, bacharel formado em Direito, secretário geral do Governo Civil de Braga, Moço-Fidalgo da Casa Real, Senhor do Morgado do Pomar, em Taíde, Póvoa-do-Lanhoso e da Casa dos Paivas, na rua do Alcaide, em Braga, e de sua segunda mulher D. Adelaide Maria José Raio, filha do 1.º Visconde de S. Lázaro, e materna do Dr. Vicente Machado, médico distinto no Funchal e de sua mulher D. Gabriela de Castelbranco, da família dos Barões de S. Pedro. S. G.

§ ÚNICO

B — VISCONDE DE VILARINHO DE S. ROMÃO — BARÃO DAS LAGES

2 — D. Júlia de Clamouse Browne, filha de Manuel de Clamouse Browne e de sua mulher D. Maria da Felicidade do Couto Browne, falecida em Novembro de 1872, tinha casado em 1851 com Álvaro Ferreira Carneiro de Vasconcelos Teixeira Girão, 2.º Visconde de Vilarinho de S. Romão, Par do Reino, por sucessão a seu tio o 1.º Visconde, que nasceu a 28 de Março de 1822 e faleceu a 22 de Outubro de 1879.

Filhos:

3 — Álvaro, m. m.

3 — Luiz, que segue.

3 — Júlio Vítor Ferreira Girão, escritor, sócio do Instituto de Coimbra; nasceu a 20 de Junho de 1856 e faleceu, a 27 de Junho de 1904, solteiro.

3 — António; nasceu a 29 de Abril de 1888 e faleceu, a 24 de Fevereiro de 1912, solteiro.

3 — Luiz António Ferreira Carneiro de Vasconcelos Teixeira Girão, Morgado dos Ferreiras, Senhor da Casa do Carregal, no Pôrto, 18.º Senhor de Ferreira e da Honra de Avioso, 3.º Visconde de Vilarinho de S. Romão, engenheiro civil por a Academia Politécnica do Pôrto, Comendador das Ordens de S. Tiago e do Mérito Agrícola, proprietário viticultor e escritor agrícola distinto; nasceu a 14 de Agosto de 1852 e faleceu a 9 de Fevereiro de 1923, tendo casado a primeira vêz, em 1883, com D. Maria Adelaide Máxima Machado Lima Soares de Ancede que nasceu a 19 de Novembro de 1848 e faleceu a 16 de Julho de 1903 e a segunda a 25 de Abril de 1912, com sua cunhada D. Elisa que nasceu a 17 de Abril de 1846 e faleceu a 6 de Novembro de 1930, filhas dos 1.ºs Barões de Ancede. S. g. do 2.º matrimónio.

Filha do primeiro matrimónio:

4 — D. Maria Júlia que segue.

4 — D. Maria Júlia de Ancede Ferreira Girão; nasceu a 9 de Março de 1884 e casou a 4 de Janeiro de 1905, com Luiz de Lencastre Carneiro de Vasconcelos, 4.º Barão das Lages que nasceu a 11 de Junho de 1882, bacharel formado em Direito, adido de legação extraordinário, conservador do registo predial, genealogista, filho dos 3.ºs Barões das Lages, falecido.

Filhos:

5 — Francisco José Carneiro de Vasconcelos, licenciado em Letras pela Universidade do Pôrto, actual representante dos títulos de Visconde de Vilarinho de S. Romão e Barão das Lages, de seus pai e avós; nasceu a 7 de Setembro de 1907. Solteiro.

5 — D. Maria Adelaide Genoveva que nasceu a 30 de Agosto de 1908 e faleceu a 2 de Junho de 1931, tendo casado em 1929 com Fernando de Sousa Correia Barbosa, nascido em 1900, filho de Paulo Barbosa e de D. Elvira de Sousa Correia Barbosa.

Filha:

6 — D. Maria Adelaide. M. m. em 1931.

Nevogilde, Julho de 1938.

JOÃO BRAGA.

VILA-MOURA

AO SEU ESPÍRITO

Ao JOÃO ALVES,

com aquela amizade do espírito inquebrantável.

ESPÍRITO, que ao mundo, poderoso
Falaste com o coração ardente!
Que, das sombras dum mundo doloroso,
Criaste o mundo de almas mais veemente!

Ergue-se, à tua voz, o adolescente!
Pulsa no azul teu coração ansioso.
No espaço abre-se um halo luminoso,
O vulto inclinas, no ar, suave e potente.

Espírito que em tua luz ergueste
A humanidade mísera e divina,
Em sua dor, sepulta ou redimida!

Espírito, ouve, atende! — Não morreste.
O eco da voz, na terra, sibilina:
«Teu sangue e espírito sou eu: — a Vida!»

(Inédito — Julho, 1938).

ANTÓNIO PÔRTO-ALÉM.

○ BERÇO ○

PRIMEIRO BERÇO (fig. 1) é esse mármore admirável que deu a quem o fez — o escultor Augusto Jacinto de Bay — tão grande nomeada e reputação, mostramos a Mãe Eva, sentada, de mãos cruzadas sobre um dos joelhos, e com os dois filhos adormecidos na concha formada pelo regaço e pela curva dos braços.

Eis nesta obra simbolizado, e por forma encantadora, o que deve ter sido, com efeito, o primeiro berço — natural, maternal, humano — berço que foi, com certeza, o único existente durante muitos séculos.

Escasseiam documentos que nos digam quando e onde apareceram os primeiros berços.

Supõe-se que antes de eles se construírem, como e com as funções que de há muito se lhes atribuem, se utilizavam (pelo menos na Grécia) cestos onde se deitavam os meninos. É lícito perguntar, no entanto, se tais cestos eram, afinal, para deitar as crianças e lhes dar repouso, ou se eram, apenas, para as transportar dum lado para o outro.

Também se conhecem, dessa mesma época, berços — chamemos-lhes igualmente, assim — de vime, em forma de sapato e com pegadeiras laterais, como aquelas que se vêem, entre nós, nas ceiras de figos do Algarve. Tinham esses a vantagem de se poderem transportar à mão, ou suspenderem-se de cordas, à laia de baloiço.

É num destes berços, representado numa pintura de certo vaso antigo, que podemos ver Hermes, quando menino, facilmente reconhecível pelo seu petaso.

Ainda que o hábito de embalar, venha do tempo dos Romanos, como o atestam alguns escritores (1) autorizados e famosos, é muito curioso que Teócrito, num dos seus *Idílios*, ao falar de Alcmena, já no-la mostre embalando os filhos gémeos sobre um escudo.

(1) Plutarch. ap. Proel. ad Hesiad. Op. et d. 749, Martial XI. 39 Galen. De sententia, XVI. Pag. 37 Kuhn.



Fig. 1 — O primeiro berço

Em certa passagem das *Leys*, também Platão fala da conveniência de baloiçar pouco os meninos, mas referindo-se, apenas, àqueles que amas ou escravas traziam nos braços.

O berço dos Romanos, como o dos Gregos, tinha por igual as formas de cêsto, de crivo, de escudo, de barco e até de artesa ou de celha. Metido

numa espécie de cesta com asas, e de tal maneira enroupado, que apenas se lhe vê a parte cimeira do corpo, está um deus Mercúrio, muito pequenino, pintado numa ilustração de um vaso grego que pertence às colecções do Museu do Vaticano.

Deitado num crivo (figs. 2 e 3) e levado por um Sátiro que agita um dardo e por uma Bacante

que brande um archote, pode-se igualmente ver o deus Baco, numa espécie de baixo-relêvo em terra-cota que existe no «British Museum».



Fig. 2 — Nascimento de Baco (segundo um baixo-relêvo em terra-cota)



Fig. 3 — (Berço feito dum crivo segundo o baixo-relêvo reproduzido na gravura anterior)

Foi também numa celha ou artesa (fig. 4) a servir-lhes de berço, que Rómulo e Remo foram abandonados e deitados ao Tibre. Pode observar-se isto noutra pintura, atribuída a um artista do tempo de Augusto, pintura que está hoje no Museu de Kircher, e que decorava uma câmara sepulcral em Roma, no Monte Esquilino.

Plauto cita o berço várias vezes nas suas obras. Numa delas, chega mesmo a dizer, quando enumera as cousas necessárias a um recém-nascido: "*Fascilis opus est, pulvinis, cunis, incunabulis*," — e cita, além do próprio berço, sucessivamente as faixas, almofadas e quanto mais, e ao tempo, o guarneciam. E nem se esquece das fitas por meio das quais a criança a êle se encontrava ligada e por forma a não poder cair! Essas fitas eram, ordinariamente, de lã e de côres variadas. As famílias ricas preferiam-nas brancas ou côr de púrpura.

Vê-se um berço destes, completo, esculpido numa pedra — provavelmente um *ex-voto* — que foi encontrada perto de Nuits (Costa do Ouro) e se conserva no Museu de Beaune (fig. 5). O berço, tal como ali se pode observar, tem a aparência duma calha arredondada por baixo, feitio êsse que facilmente permitia pô-lo em movimento.



Fig. 4 — Rômulo e Remo (Berço)

Berços parecidos com os dos nossos tempos só aparecem muito mais tarde. Nos berços da Idade-Média, a avaliar pelas miniaturas e pelos escritos conhecidos dos séculos IX e X, não se alteraram em muito as formas usadas na antiguidade clássica. Os mais antigos e os mais simples dão-nos a impressão de serem talhados e escavados em pedaços de troncos de árvore, com uns buracos pequenos, abertos nos bordos, para passarem, por êles, as ligaduras que impediam o pimpolho de se mexer ou de cair. A convexidade natural da madeira, no exterior, facilitava às amas o baloiçar da criança.

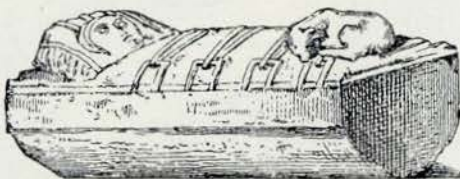


Fig. 5 — Pedra esculpida



Fig. 6 — Cêsto de vime (século IX)

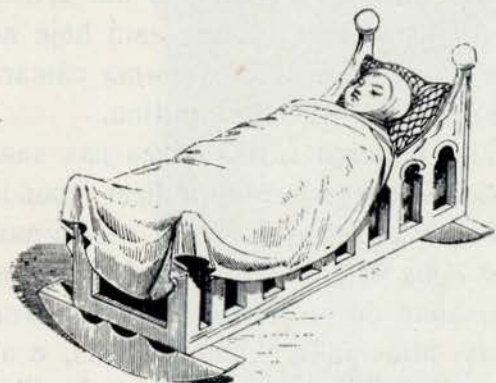


Fig. 7 — Berço com tábuas curvas na parte inferior

Muitas vêzes, os berços de então não eram mais do que cêstos de verga, em que se deitavam com todo o cuidado as crianças devidamente enfaixadas (fig. 6).

Mais tarde, mas ainda na Idade-Média, encontram-se, como modelos de berços, caixas pequenas e rectangulares, assentes sôbre dois pedaços de madeira convexos. Nos fins do século XIV e princípios do século XV, encontram-se berços com tábuas curvas no fundo (figs. 7 e 8) que permitem baloiçar transversalmente. Só em manuscritos, ou baixos-relevos do século XV, é que se começam a ver desenhos de berços, suspensos de duas hastes, e

dando-nos assim a idea de se moverem sôbre dois eixos (vid. figura do frontispício). Nessa época, as crianças representadas nos braços das amas, estão sempre cuidadosamente e primorosamente enfaixadas, e por tal forma, que só lhes fica livre a cabeça. Tal uso ainda se mantém no Oriente e na Itália, e não parece que o desenvolvimento físico das meninas ou meninos sofra com isso qualquer prejuízo.

Até ao século XV não se encontram nos manuscritos, pinturas ou baixos-relevos, berços que tenham cortinas. Mas, a partir desse tempo, já são freqüentes, primeiro de tecidos espessos, e um pouco mais tarde de gases e tarlatanas.

Nos fins dos séculos XIV e XV, o berço compunha-se de duas partes distintas: do leito, pròpriamente dito, espécie de caixa pequena de madeira, pintada ou doirada, e de outra, com a configuração dum *chassis*, montado em duas hastes altas, que permitia baloiçar o todo ao menor contacto (figs. 9 e 10).

Havia nestes séculos e neste particular, sobretudo nas famílias principescas

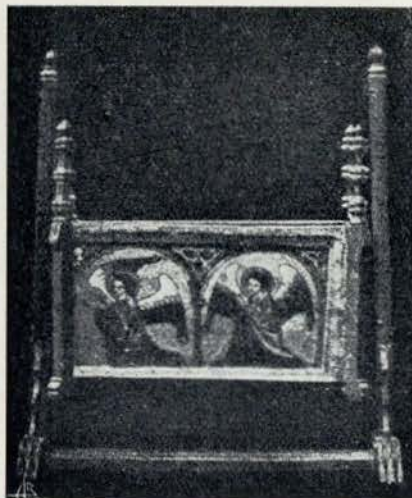


Fig. 9 — Berço gótico do século XV. (Museu Nacional Germânico — Nuremberg). Berço de luxo

e entre gente de categoria, o costume de ter dois berços: um para as grandes solenidades e outro de todos os dias.

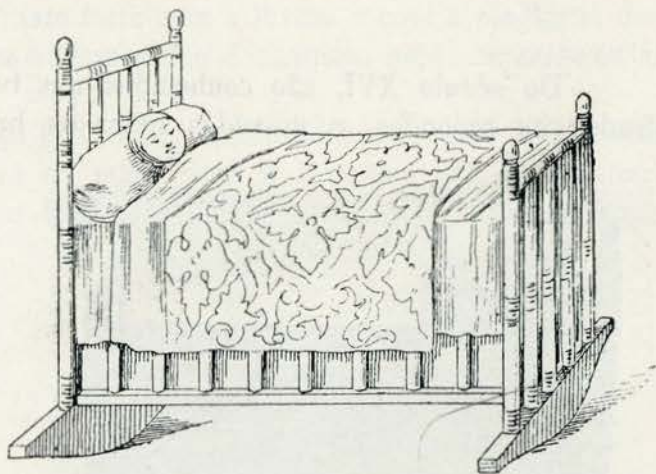


Fig. 8 — Berço comum do século XV (segundo uma miniatura da época)

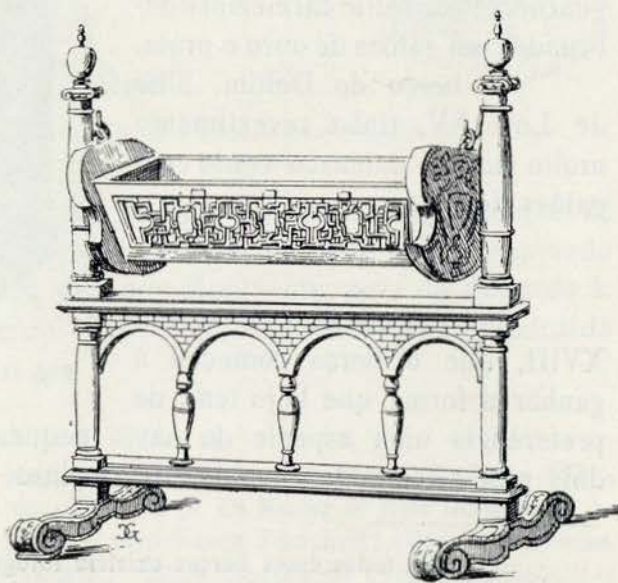


Fig. 10 — Berço e bersonère (século XVI)

O uso dos berços de luxo, principalmente entre as famílias ricas, manteve-se até aos tempos de hoje.

Do século XVI, são conhecidos uns berços que tinham dosséis quadrados ou redondos, e gravados nêles os brasões das famílias. A esses

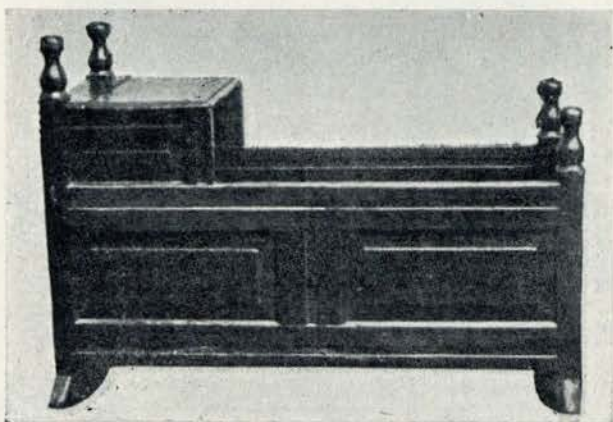


Fig. 11 — Berço simples (século XVII)

berços adaptavam-se cortinas pesadas. São desta época os lindos exemplares com embutidos, da Colecção Bagatti-Valsecchi, de Milão (Lombardia), um outro que está no Museu Artístico Industrial desta cidade, e o formoso berço, pintado e doirado, da Casa Cavaza, de Saluyo (1).

Poucos informes temos dos berços do século XVII, principalmente daqueles a que poderíamos chamar históricos!

Dos vulgares sabemos, contudo, que tinham uma espécie de capota em madeira, com dosséis pequenos (figs. 11 e 12).

O que foi levado, em 1685, do Trianon para Saint Germain, com o fim de servir ao Príncipe de Gales — e que antes disso tinha sido do filho de Luiz XIV — era guarnecido de setim carmezim e debruado com galões de ouro e prata.

O berço do Delfim, filho de Luiz XV, tinha revestimento muito rico de damasco verde com galões de ouro.



Fig. 12 — Berço com capota (fim do século XVII)

Foi por meados do século XVIII, que o berço começou a ganhar a forma que hoje tem, de preferência uma espécie de navio pequeno, suspenso pelas extremidades a dois pés, altos e guarnecidos de cortinas.

(1) De todos êsses berços existem fotografias no Museu de Obstetrícia da Maternidade de Magalhães Coutinho.

(É certo que já alguns exemplares do século XV e XVI tinham um pouco essa forma, já se pareciam com estes, mas eram de madeira e muito pesados, o que lhes dava contraste forte com a leveza e com a elegância dos berços, a que os franceses chamavam então e chamam hoje: *bercelonnette*) (fig. 13).

A maior parte dos berços históricos, encontrados no século XVIII, têm a forma acima descrita. Entre os mais ricos e luxuosos não esqueçamos o do Rei de Roma (figs. 14 e 15), com lindas esculturas e baixos-relevos prateados, feito, segundo risco desenhado por Prud'homme e Cavalier, em prata doirada e lavrada, e oferecido à Imperatriz Maria Luíza pela cidade de Paris.

Lembremos ainda, mais recentemente, os lindos berços do Conde de Chabert e do Príncipe Imperial, filho de Napoleão III, êste, como o do Rei de Roma, oferecido também pela cidade de Paris, que o pagou por 161.751 francos. Pode ver-se uma fotografia dele no «Museu de Obstetrícia», que estamos a organizar na Maternidade Magalhães Coutinho (1).

Dos berços históricos, de que acima falamos e de que até citamos o do filho de Napoleão I, aquêle que a tradição atribui ao rei Henrique V de Inglaterra (fig. 16) nascido em 1388, é um dos mais originais que se conhecem. Embalou em Courtfield, perto de Monmouth, êste príncipe quando pequenino e confiado então à guarda de Lady Montacute, neta de Eduardo I. Têm-no descrito vários autores desde 1774; a sua gravura está reproduzida



Fig 13 — *Bercelonnette* (século XIX)

(1) Neste museu guardam-se ainda fotografias de «Um berço do século XVI», do Museu de Cracóvia; «Berço italiano do século XVI», do Museu de Arte Decorativa, de Paris; «Berço do Czarevitch», segundo projecto da princesa Tenicheff; «Pedra» em forma de berço — Lousa de Staffordshire — Inglaterra; «Berço barroco do Palácio Ricciardelli», Pescocostanzo, Itália; «Um berço holandês», etc.

em várias obras do fim do século XVIII, e foi comprado ultimamente para a colecção do falecido rei Eduardo VII.



Fig. 14 — Berço do Rei de Roma

Outro, muito notável também, é o de Jaime I. Apoiar-se este berço em dois patins e tem a cada canto uma espécie de haste destinada a dar-lhe

baloço. Ornamenta-o um friso de esculturas delicadas, e possui nos panos laterais belas incrustações de madeira clara e escura.

Outro, que tem as iniciais A. R., embora a tradição diga ter servido a Isabel de Inglaterra (ao que uma escultura nêle existente, feita por ocasião da morte da Grande Rainha, dá certo desmentido) é mais provável que fôsse de Ana da Dinamarca, mulher desse mesmo Jaime I. (A. R. — Ana Regina, e nunca Ana Bolena). Sendo assim, deveria ter embalado Carlos I e sua irmã, chamada também Isabel, que veio a ser a avó de Jorge I.

Em Pau, existe ainda o berço de Henrique IV, que tem a servir-lhe de fundo uma concha enorme de tartaruga.

A gente de Nápoles também mostra com certo orgulho o rico berço com doirados e baixos-relevos, que a cidade ofereceu à Rainha Margarida e ao Rei Humberto de Sabóia, pelo nascimento do príncipe herdeiro, o actual Vítor Manuel III, Rei da Itália e Imperador da Etiópia (1).

Como berço histórico, é digno ainda de menção o do príncipe das Astúrias (fig. 17); e, como berços muito bonitos: o do Museu Carnavalet, de Paris, em estilo Luiz XIV, e o da Casa Dalman Stiges, de Barcelona, em estilo Luiz Filipe (fig. 18).

Todos estes berços, como tantos outros, senhoris e faustosos, aqui citados em livros, além descritos em antigos documentos — de que um dia, se

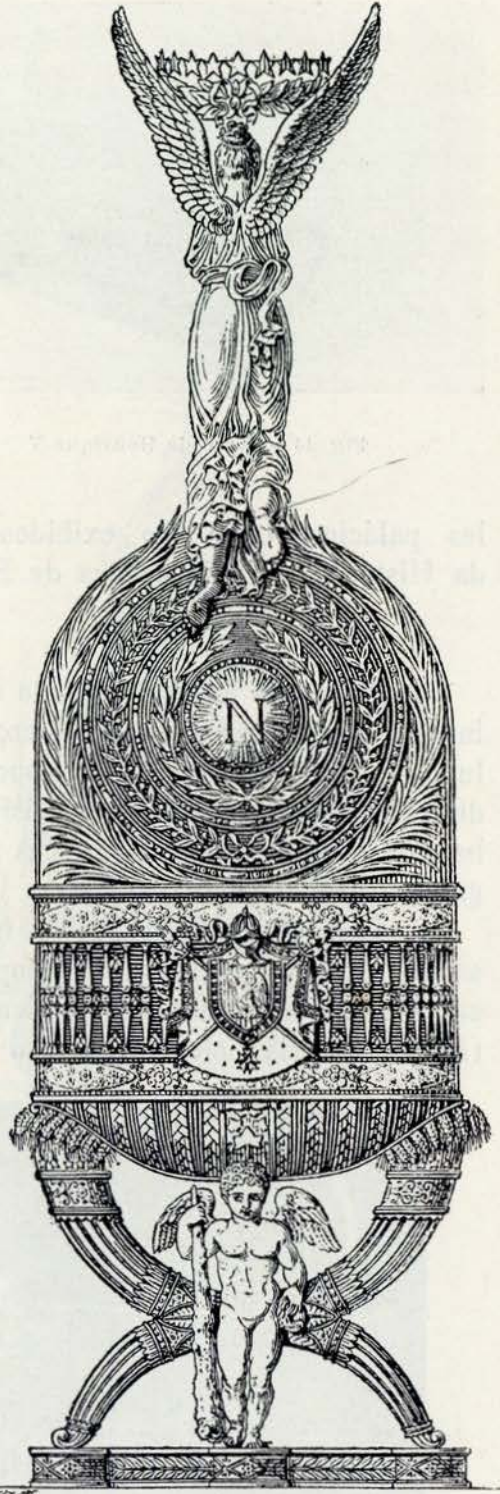


Fig. 15 — Berço do Rei de Roma

(1) Dêste berço há também uma fotografia no Museu de Obstetria.

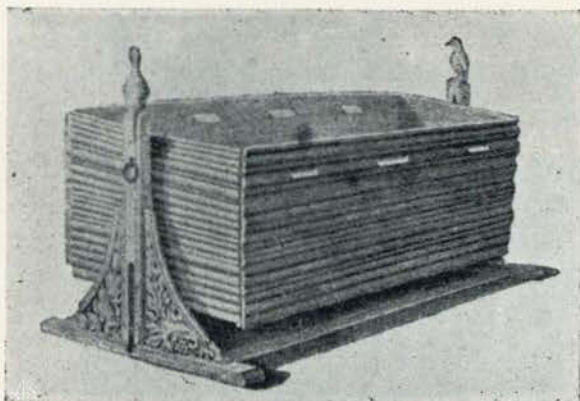


Fig. 16 — Berço de Henrique V

les palácios, onde são exibidos como da História e manifestações de Beleza.

Resta-nos agora, apontado quanto investigamos acêrca dêsses berços de luxo — e que, no fundo, bem pouco é — dizer algumas palavras a-propósito dos berços populares e dos berços portugueses.

Encontram-se muitos e interessantes exemplares de berços populares em pinturas e esculturas do século XV (Roma, Galeria Colonna, Niccolo Alunno — *La Madonna che libera un fan-*

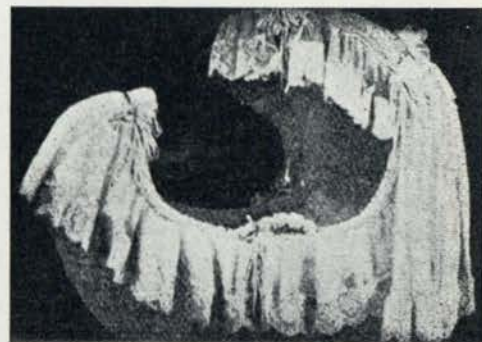


Fig. 17 — Berço do príncipe das Astúrias

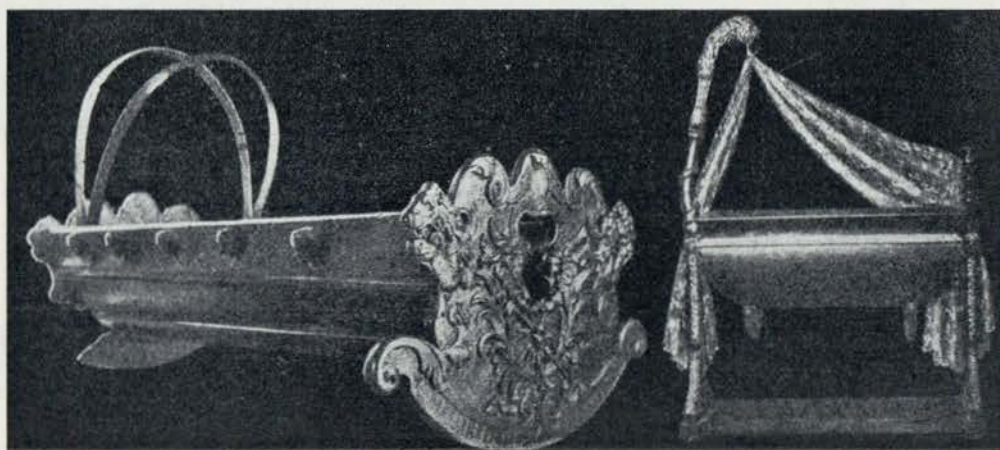
Berço estilo Luiz XIV
(Museu Carnavalet — Paris)

Fig. 18

Berço estilo Luiz Filipe
(Casa Dalman Stiges — Barcelona)

ciulo del demonio; Pisa, Porta principal da Cathedral, do friso escultórico *La nacite della Vergine*).

tempo houvermos para rebuscas, e para ampliar estas informações, daremos conta — eram construídos, como se anotou e se viu, com materiais preciosos. Utilizaram-se nêles madeiras, metais e outros elementos de grande valor. Enriqueciam-nos pinturas, ornatos e embutidos admiráveis. Ennobreciam-nos coroas, brasões e sinais heráldicos. E são motivos de puro enlêvo para os visitantes daqueles museus e daqueles tesouros de alto preço, penhores

Por vários países do mundo, essa espécie de berços apresenta as mais curiosas modalidades, quer na forma, quer até na própria colocação nos quartos ou nos sítios que as mães lhes destinam (1). Uma das mais originais é, sem dúvida, a que nos é dada pelos berços em forma de maca e suspensos por cordéis às traves dos tetos das casas. Na Finlândia, êste uso é muito corrente, e o berço é colocado assim (fig. 19) a uma altura tal, que a mãe pode por êsse meio dar de mamar ao filho, sem dele o tirar. Esta suspensão do berço ao teto vê-se também num quadro do século XIV — a «História de Santo Agostinho», de Simone Martini — que está na igreja dêste santo, em Siena.

Em Portugal, a documentação que a berços diga respeito, ou é muito escassa, ou então de nós desconhecida.

O assunto — pelo que pudemos apurar — apenas foi tratado pelo mestre eminente, Dr. José Leite de Vasconcelos, na *Revista Lusitana* (vol. X, n.ºs 1 e 2) num artigo interessantíssimo de 85 páginas, chamado «Canções do Berço», e numa nota, publicada a págs. 50 e 51 do n.º 1 do *Boletim de Etnografia*.

Permita-se-nos transcrever, dessas fontes, a parte que maior interesse tem para êste nosso trabalho.

Leite de Vasconcelos, diz: «O berço popular é muito simples. Aqui descrevo o que se usa em Baião — (vid. a fig. 1.^a). Consta de *embaladeiras* ou tábuas laterais, *cabeceiras* ou tábuas abaüladas em cada extremo do berço, que permitem que êste oscile em sentido longitudinal, e *travessas* ou



Fig. 19 — Berço suspenso — (Finlândia)

(1) Pelo que diz respeito à França, encontramos no livro de Emile-Fayard, *Les Meubles rustiques régionaux*, representações do berço da Normandia, da Alsácia, da Lorena, dos Vosges, de Auvergne, da Borgonha, da Provença, etc.



Fig. 20 — Rico berço de pau-prêto, estilo do século XVIII, pertencente à família dos Sepúlvedas, de Bragança

tudo pregado com pregos de madeira ou viros. Na *Terra de Miranda* em vez de berço servem-se de uma canastra.»

No *Boletim de Etnografia* n.º 1, o Prof. Leite de Vasconcelos ainda nos fala de um berço infantil do século XVIII, pertencente à família dos Sepúlvedas, de Bragança (fig. 20) e de um berço doirado, do Palácio Nacional de Queluz (fig. 21), em que dormiram alguns príncipes portugueses.

Aparte êsses três berços populares, acima citados e existentes no Museu Etnológico e um, do Museu Nacional de Arte Antiga (Janelas Verdes) (fig. 22), bem modesto e que também não tem história, poucos mais aparecem por museus portugueses, e os que aparecem são, em geral, berços de luxo.

Assim, no Palácio Nacional de Mafra, há dois berços, que reputamos

tábuas postas perpendicularmente ao eixo principal para formarem o fundo do berço; junto da borda de cada embaladeira há uma abertura rectangular para se poder pegar no berço.

A fig. 2.^a representa um berço de madeira que se usa no Alentejo (Alandroal), segundo um exemplar existente no Museu Etnológico; êste tipo de berço é imitado dos leitos; das partes que o constituem só tem nome especial as tábuas curvas do fundo chamadas *embaladeiras*, que fazem que o berço oscile transversalmente e não como os do Norte. As outras partes têm nomes comuns: balaústres, pés, cabeceiras, travessas.

Na mesma província, usam os pobres um berço muito curioso e primitivo, feito de metade de um cortiço, com dois meios tampos, também de cortiça, nas extremidades,



Fig. 21 — Berço com doirados (Palácio Nacional de Queluz)

interessantíssimos e nos merecem, por isso mesmo, esta indicação do lugar onde se podem ver e admirar, pois são bem dignos disso (figs. 23 e 24).

No Palácio Nacional da Ajuda, mais três se oferecem à nossa curiosidade e agrado. Um deles (fig. 25) é o berço em que dormiu, quando pequenino, o filho do rei D. Luiz, príncipe D. Carlos, depois rei por sua vêz, e assassinado, mais tarde, no Terreiro do Paço de Lisboa. O outro serviu a seu irmão D. Afonso (fig. 26) que foi, quando crescido, figura muito popular neste seu País e também com fim de vida não muito afortunado. O terceiro (fig. 27) é de estilo Império, mais modesto, mas também merecedor de aprêço.

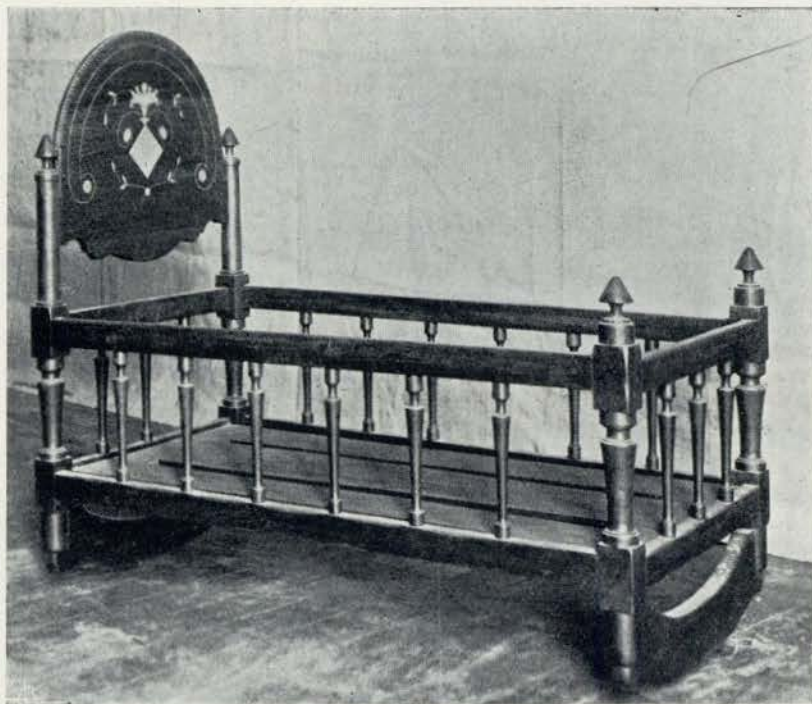


Fig. 22 — Berço português (fins do século XVIII)
(Museu Nacional de Arte Antiga)

Já fora de Museus e de Palácios, conhecemos um formoso exemplar de berço de luxo, na casa de Moreira-da-Maia, que foi do conselheiro Luiz de Magalhães, casa onde hoje reside a sua viúva, a sr.^a D. Maria da Conceição de Lemos Magalhães. O berço pertenceu ao pai dêsse notável político e servidor da Causa Monárquica. É de estilo Luiz XV, em pau-prêto com embutidos de pau-setim. Tinha primitivamente embaladeiras. Hoje encontra-se transformado numa cama de pequenas dimensões.

Na Casa da Ínsua (Castendo — Beira-Alta) guarda-se também um berço rico, que é de madeira e com embutidos muito curiosos (fig. 28).

Todos os berços citados de Portugal são em madeira. São muito

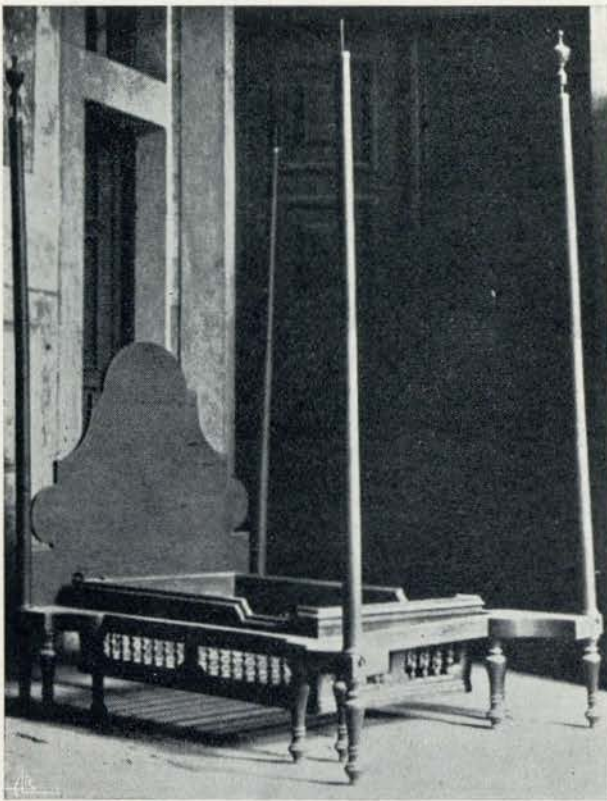


Fig. 23
(Palácio Nacional de Mafra)

lha conserva-se ainda, e tem o mais largo uso, o primeiro berço que houve no mundo, ou seja, como já se disse e mostrou, o regaço da mãe. Esta cobre os ombros com um chaile, encosta a criança aos seios, e ali a prende, mas de maneira a ficar com os braços livres para os trabalhos da casa ou do campo. É tão vulgar esse processo de agasalhar e transportar crianças, que não só as mães, mas até as raparigas o empregam (fig. 31) e se vêem,

aos domingos, com os irmãozitos assim fixados ao peito, a brincar e a jogar, com a maior facilidade, a péla no meio da rua.

raros os berços em ferro. Por isso reproduzimos o berço de ferro, vindo de Bruxelas, oferecido pelo Cardial D. Américo, bispo do Pôrto, a sua sobrinha Elisa da Costa Lima de Sousa e Barros (1882), ainda hoje em seu poder (fig. 29).

Publicamos também a gravura de um berço popular de Abrunhosa-a-Vélha, na Beira-Alta (fig. 30). Ali, os berços são todos do mesmo feitio.

Na Póvoa-de-Cervães, a três quilómetros dessa aldeia, embora tenham também a mesma forma, as tábuas das cabeceiras são mais altas e são habitualmente ornamentadas de pinturas escavadas na madeira, a representar ramos, circunferências, etc.

Mas em Abrunhosa-a-Vé-

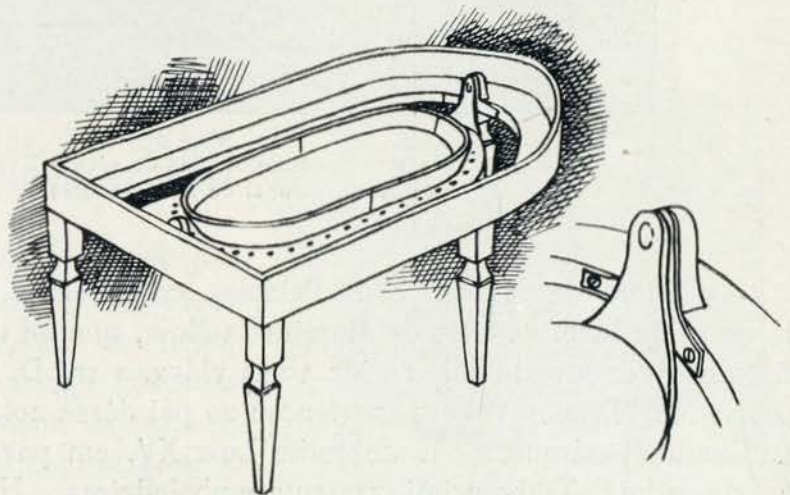


Fig. 24
(Palácio Nacional de Mafra)



Fig. 25 — Berço de D. Carlos — (Palácio Nacional da Ajuda)

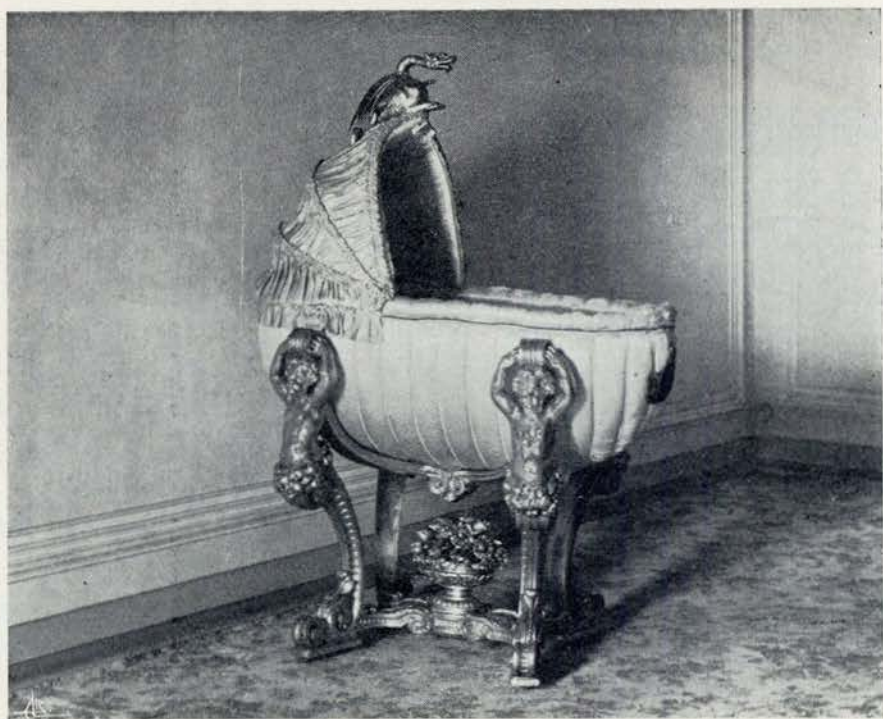


Fig. 26 — Berço de D. Afonso — (Palácio Nacional da Ajuda)

Algumas linhas ainda para falarmos de berços higiênicos, assunto a que a nossa vida profissional particularmente se prende.



Fig. 27 — Berço «Império» — (Palácio Nacional da Ajuda)

A escassez de espaço e o hábito condenável de, no serviço de partos da enfermaria de Santa Bárbara do Hospital de S. José, as crianças se conservarem junto da mãe, no mesmo leito (que apenas tinha 75 centímetros de largura, dando como resultado por vêzes a morte da criança por asfixia, causada por queda do seio materno sobre a sua bôca ou também, muitas vêzes, a queda da própria criança para o chão) levou-nos a pensar na construção dum berço especial e exclusivo para as Maternidades. E mandámo-lo fazer.



Fig. 28 — Berço da Casa da Ínsua
(Castendo — Beira-Alta)

Tem êsse berço (fig. 32) a vantagem de não ocupar espaço, visto que fica sobreposto à cama da mãe, que o pode afastar ou aproximar de si, fàcilmente e sem perigo algum para



Fig. 29 — Foto do berço oferecido pelo Cardial D. Américo (Bispo do Pôrto) para a sua sobrinha Elisa da Costa Lima de Sousa e Barros (1882)

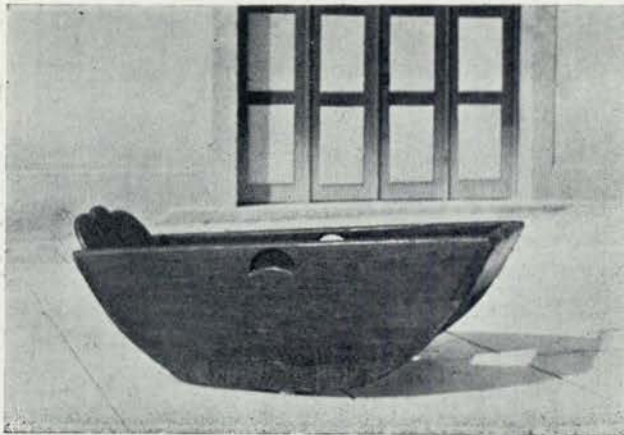


Fig. 30 — Berço popular — (Abrunhosa — Beira-Alta)

a criança ⁽¹⁾. Noutra ocasião, numa «crèche», muito nos desgostou ver o flagelo das mósca, ennegrecendo a bôca das crianças. Sob essa impressão repugnante, e para a remediar, mandamos também construir um berço especial, e em forma de cama (figs. 33 e 34) que abriga as crianças do contacto prejudicial, e por vêzes mortal, das patas e das infectas mordidelas d'êste perigoso insecto — a mósca — e de outros tão nojentos como ela. As suas vantagens são incontestáveis.



Fig. 31 — Abrunhosa (Beira-Alta). Rapariga segurando a criança no colo com o chaile, ficando com os braços livres para trabalhos do campo ou brincar

E nestas poucas palavras se marca a evolução do berço, atendendo ao seu aspecto higiénico, aspecto que até agora por ninguém — nos parece — tinha sido considerado.

Objecto de mobiliário íntimo, de carácter nitidamente familiar, o berço desempenhou papel de importância em certas cerimónias e foi sempre cantado por muitos poetas.

Em 1468, por exemplo, nas festas do casamento de Carlos, o *Temerário*, com Margarida de Iorca, um dos entremezes mais admirados, foi o da «Infância de Hércules», em que êsse objecto era louvado e cantado como símbolo do Amor e da Fecundidade.

Em muitas outras obras, que especialmente se lhe dedicam, e destas, em primeiro plano de beleza, as «canções do berço» ou «cantigas de embalar», simplesmente recitadas, ou entoadas, ou mesmo, e com frequência, musicadas pelos mais célebres compositores clássicos ou modernos, o berço tem sido sempre motivo de inspiração dos homens.

(1) Até chegar ao tipo e ao tamanho que tem agora e lhe garante a maior solidez e a maior estabilidade, mandamos construir vários modelos, que se encontram e se podem ver no Museu da Maternidade de Magalhães Coutinho.

Êste berço tem sido mal imitado e copiado. Num belo dia, e numa das mais conhecidas Maternidades do País fomos encontrar uma dessas más imitações. Não tem estabilidade alguma, o que será razão de desequilíbrios facilimos, e da conseqüente e grave queda das crianças.



Fig. 32—Berço para Maternidades—(Modêlo Dr. Costa-Sacadura)



Fig. 33 — Berço contra as m^oscas — (Modêlo Dr. Costa-Sacadura — 1925)

Artistas plásticos, estrangeiros e portugueses, também reproduziram o berço nos seus desenhos e quadros.

No livro *Inez de Castro*, do Dr. António de Vasconcelos, pode-se ver reproduzido (Estampa L) o berço que, na figuração da lenda de S. Bartolomeu, existe no túmulo de D. Pedro I, em Alcobaça, berço por sinal com as faixas que nesse tempo se empregavam para, como já dissemos, segurar as crianças.

Do pintor Roquemont, que viveu e morreu no Pôrto, há um quadro célebre, «O Folar», onde se vê, a servir de berço, uma canastra com um menino metido lá dentro.

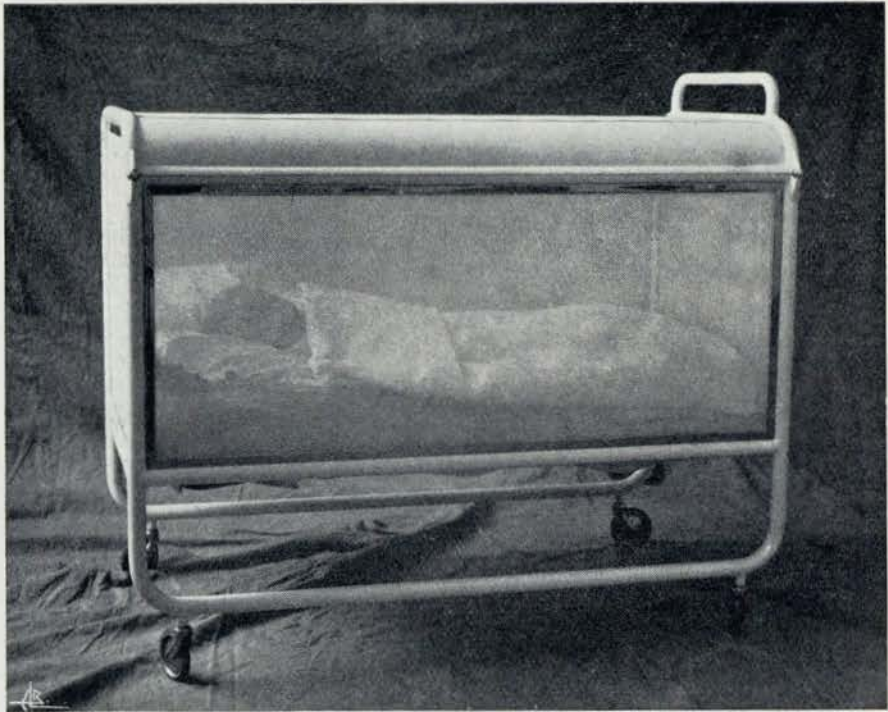


Fig. 34 — Berço contra as mósas — (Modêlo Dr. Costa-Sacadura — 1938)

Do grande aguarelista Roque Gameiro, há também um trabalho, «Velando», que pertence à viúva de Delfim Guimarães, e onde se vê uma mulher do Minho, a vigiar o sono de uma criança, deitada num berço.

Sua filha, D. Raquel Ottolini Gameiro, pintou igualmente e deliciosamente um berço, no seu quadro «Despertar», hoje da colecção do ilustre odontologista, Dr. Clarimundo Emílio.

Não comporta a natureza dêste nosso trabalho a citação das mais belas produções poéticas, a que o berço tem dado aso.

Mas, a-pesar-disso, queremos-lhe pôr ponto, com êsses formosíssimos versos dum grande poeta português, Cesário Verde, que nêles nos oferece a sugestiva e palpitante imagem do mais típico dos berços populares portugueses:

Vasam-se os arsenaes e as officinas;
Reluz, viscoso, o rio; apressam-se as obreiras;
E n'um cardume negro, herculeas, galhofeiras,
Correndo com firmeza, assomam as varinas.

Vem sacudindo as ancas opulentas!
Seus troncos varonis recordam-me pilastras;
E algumas, á cabeça, embalam nas canastras
Os filhos que depois naufragam nas tormentas.



De «O Folar», quadro de Roquemont

CARICATURISTAS PORTUGUESES

V

MANUEL MONTERROSO

A actividade artística do Sr. Dr. Manuel Monterroso vem desde a frequência escolar para alcançar a carta de médico e, não obstante os cuidados que, mais tarde, lhe advieram desta profissão, jamais deixou de praticar, com maior ou menor insistência, a caricatura.



Eu... nas horas vagas...

MANUEL MONTERROSO
(Auto-caricatura)

Tem desenhado sempre e fá-lo por intuição natural. Não teve mestres da especialidade, nem mesmo colheu quaisquer indicações de Rafael Bordalo Pinheiro, de quem um dia nos ocuparemos, a-pesar-da convivência que mantiveram. Poderíamos mesmo afirmar que nunca vira desenhar aquêle outro Artista.

Mas, dominado pela paixão do humorismo, deram-lhe o estudo aturado e a prática aquela plasticidade, com que o seu lápis sujeita as expressões fisionómicas das personalidades a focar às respectivas legendas, adoptando no seu traço uma forma, que se poderia talvez classificar de tradicional, dada a expansão que lhe proporcionaram os nossos principais obreiros da causa nas últimas décadas do século passado e princípios do actual.

À parte um efémero semanário, nunca o Sr. Dr. Manuel Monterroso dispôs dum periódico em que largamente pudesse desenvolver uma acção

comentadora e pitoresca. Daí encontrar-se a sua produção lastimavelmente dispersa, não só pelas publicações de variados géneros, mas também por

mãos de coleccionadores e de amigos, não referindo já a série interminável de programas, calendários, ementas, cartazes, etc., considerados como perdidos para qualquer exame.

Tentando a cerâmica, produziu algumas estatuetas humorísticas, com movimento, e azulejos decorativos.

Não ficará, por certo, fora de propósito, dizer-se aqui que ao Sr. Dr. Monterroso não é estranha a cultura musical, pois além de outros originais, recorda-nos ter composto a balada para *Os Filhos de Minerva*, a peça do Dr. Abílio de Campos Monteiro, em récita do 5.º ano, que ambos cursavam, da antiga Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto.

E diga-se também que lhe coube organizar o cortejo do *Clube dos Girondinos*, no Carnaval de 1906, no Pôrto, para o qual aguarelou o estandarte e os diversos figurinos.



MANUEL MONTERROSO (Manuel Aníbal da Costa Monterroso) nasceu em Padornelo, concelho de Amarante, a 1 de Fevereiro de 1880.

Médico-Cirurgião pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto, tendo concluído o curso em 1902. Professor de Anatomia Plástica da Escola de Belas Artes do Pôrto e Delegado de Saúde na mesma cidade.

Autor de:

A Tuberculose e o Sanatório — Pôrto, 1902.

Bilhetes Postaes Illustrados — Álbum — Pôrto, 1911 (1).

Director, com Leal da Câmara e Guedes de Oliveira, de:

Miau! — Pôrto, 1916.

Colaborador artístico das revistas:

A Parodia — Lisboa, 1900-1902.

Dyabo Junior — Pôrto, 1902.

La Voz de Galicia — Coruña, 1902.

Parodia — Lisboa, 1906-1907.

O Vira — Lisboa, 1906.

Arte — Pôrto, 1907 e número do Natal de 1908.

Instantaneos — Pôrto, 1907.

Argus — Pôrto, 1907.

(1) Reedição de caricaturas com o mesmo título, anteriormente publicadas em *O Primeiro de Janeiro* — Pôrto, 1909 e 1910.

O Comércio do Pôrto Ilustrado — Pôrto, números do Natal de 1907 a 1910, 1914, 1916, 1918, 1922, 1923, 1925 a 1930.

Ilustração Portuguesa — 2.^a série, 5.^o e 13.^o vols. — Lisboa, 1.^o semestre de 1908 e 1.^o semestre de 1912.

Ilustração Popular — Pôrto, 1908-1909.

O Tripeiro — Pôrto, 1909 e 1930.

Luz — Pôrto, 1910.

Límia — Viana-do-Castelo, 1910.

A Bomba — Pôrto, 1912.

Le Barbare — Paris, 1914.

A Águia — 2.^a série, vol. 8.^o — Pôrto, 1915.

Cócórócó — Pôrto, 1924-1925.

Sempre Fixe — 5.^o ano — Lisboa, 1930.

Civilização — Pôrto, 1930, 1931 e 1934.

Pátria — Gaia, 1931.

Maria Rita — Pôrto, 1932.

Arquivo de Viana-do-Castelo — Vol. 1.^o — 1934.

Colaborou também, além doutros, nos jornais:

A Voz Pública — Pôrto, 1909.

A Careta — Número único — Pôrto, 1909.

O Povo — Viana-do-Castelo, 1909.

A Pêra — Número único — Pôrto, 1910.

Fôlha Nova — Vila Nova de Gaia, 1912.

Independência de Águeda — 1913.

A Lanterna — Pôrto, 1915.

A Montanha — Pôrto, 1915, 1916, 1919 e 1923.

A Capital — Lisboa, 1916.

O Comércio do Pôrto — Secção semanal que mantém desde 1923.

O Século — Lisboa, 1924.

Ilustrou os livros *Tauromaquia Alegre*, de Guedes de Oliveira — Pôrto, 1912; *Silhouettes*, de Sarmiento Beja (João de Além) — Pôrto, 1914; *Fôlhas da Vida*, de Raúl Tamagnini — Pôrto, 1925, e, com Cristiano de Carvalho, *Scenas das Ruas*, de Álvaro (António de Lemos) — Pôrto, 1904, e é autor das capas de *O Cosmorama* — Almanaque — Pôrto, 1901; *Jornal dum Espectador*, de Guedes de Oliveira — Pôrto, 1926 e de *Serra Sagrada*, de José Augusto de Castro — Guarda, 1932.

Desenhos seus em:

Álbum-Homenagem a Rafael Bordalo Pinheiro — Lisboa, 1903.

O Cunha — Almanaque Humorístico e Ilustrado — 2.^o a 7.^o ano — Pôrto, 1907 a 1912.

Álbum do Zé Povinho do Pôrto — Pôrto, 1908.

Herculano — Pôrto, 1910.

Álbum de Desenhos — Pôrto, 1917.

O Moraes da Magdalena — por Diogo José de Macedo (Mem Bugalho) — Gaia, 1924.

Anuário do Distrito de Viana-do-Castelo — 1932.

Álbum de Desenhos — Suprema felicidade «Dar» — Pôrto, 1937.

Há duas séries de postais ilustrados: uma com caricaturas de professores da Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto e outra, em álbum, de freqüentadores da estância das Pedras Salgadas.

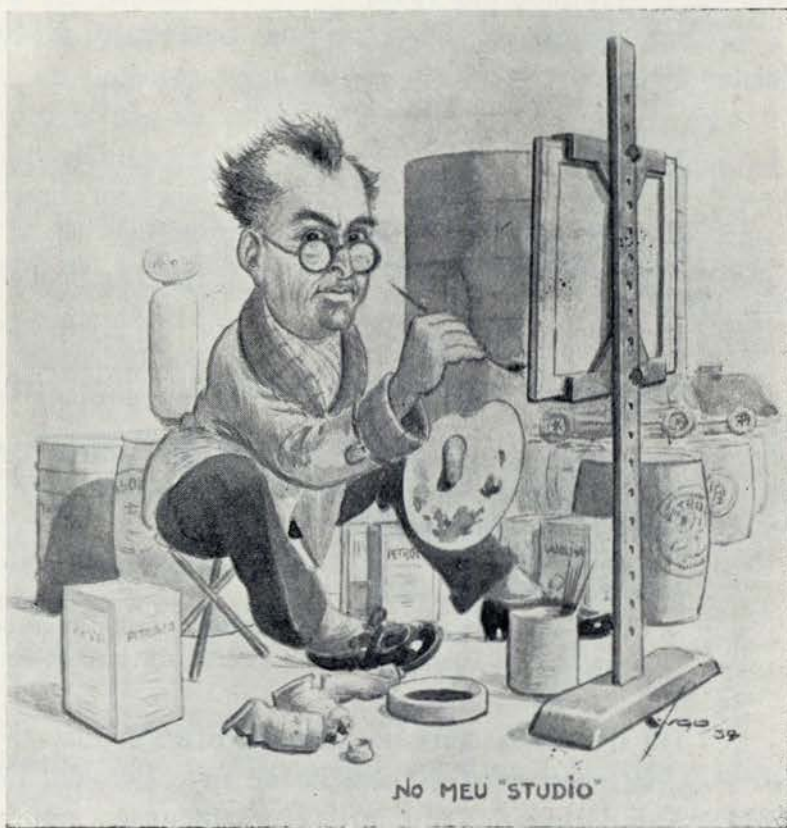
Na Exposição Retrospectiva de Medicina, efectuada no Pôrto em 1925, viam-se vários trabalhos seus, e tomou parte na Grande Exposição dos Artistas Portugueses de 1935, na mesma cidade.

VI

HUGO

Contrariamente ao que seria aconselhado pelas suas predilecções espirituais, antes guiado pela vontade paterna, não freqüentou o Sr. Engenheiro Hugo Sarmento as Escolas de Belas Artes, mas vêmo-lo passar pela antiga Escola Politécnica de Lisboa e pela Universidade de Coimbra, para finalmente ir ao estrangeiro em busca do diploma com que entrou na vida prática, essa vida prática, que o demorou por Angola, pela Alemanha e pelo Brasil, antes que definitivamente o fixasse em Lisboa.

Sendo assim e tendo por lá deixado rasto dos seus pincéis, difícil se nos torna, por motivos óbvios, acompanhar, como nos seria grato, o seu labor artístico.



HUGO SARMENTO
(Auto-caricatura)

Mas o investigador ou o crítico, que o puder e queira fazer, não reconhecerá a inutilidade das suas buscas no *Rasensport* e nos *Bierzeitungen*

do *Mittweidaer Ballspiel Club*, da Alemanha; na *Revista da Semana, Lusitânia*, no *País, Diário Português, Cruzeiro, Vamos ler!*, do Rio de Janeiro, ou em *A Província de Angola*, de Luanda.

Por ali ou pelas produções que nos foi possível relacionar mais adiante à face dum exame directo, ver-se-á que o Sr. Engenheiro Hugo Sarmiento, dispõe dum traço que muito o aproxima da correcção e do cómico dos desenhadores ingleses, encantando-se com as páginas das ilustrações norte-americanas, tornando-o um executor apaixonado das formas clássicas, absolutamente contrário, portanto, às correntes chamadas modernistas.



Hugo (Hugo Pinto de Moraes Sarmiento) nasceu em Luanda a 19 de Novembro de 1885.

Engenheiro pelo Instituto Superior Técnico de Mittweida, Alemanha, cujo curso terminou em 1911.

Faz parte da Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes, desde 1937.

Autor de:

Bonecos — (Texto e ilustrações) — Lisboa, 1925.

Novo Manual do Electricista — Biblioteca de Instrução Profissional — Lisboa, 1933.

Colaborador artístico das revistas:

Ilustração Portuguesa — 2.^a série, 10.^o vol. — Lisboa, 2.^o semestre de 1910.

Sports Ilustrados — Lisboa, 1912-1913.

Seara Nova — Lisboa, 1924.

Livros — Lisboa, 1925.

L'Onde — Toulouse, 1926.

A. C. P. — Revista ilustrada de automobilismo e turismo — Lisboa, 1933.

O Comércio do Pôrto Ilustrado — Pôrto, número do Natal de 1936.

Há desenhos seus no semanário de crítica *O Diabo* — Lisboa, 1937.

Concorreu à 1.^a Exposição de Arte Colonial Portuguesa, no Pôrto, em 1934 e à do Grupo dos Humoristas Portugueses, em Lisboa, em 1938.

VII

LUIZ FELIPE

Na realização da caricatura em Portugal marcou um ponto estranho a tudo quanto até então se produzira no género, a despreocupada falange de humoristas novos, que em Coimbra, cêrca de 1910, se apresentava nas páginas duma revista da especialidade, infelizmente de curta existência. Lá nos surgiu o nome de Luiz Felipe, ao tempo, preparando-se para o bacharelato em leis. De tal forma se evidenciara o seu mérito que o Engenheiro António Arroio, crítico eminente, se propusera apadrinhar-lhe a carreira na Capital, o que em breve o consagraria, se os sucessos políticos, então desenrolados, não se reflectissem em tantos elementos espirituais que no momento enfrentavam a vida pública.

Mas já um outro crítico, com autoridade, assim se pronunciava: «Luiz Felipe, *dandi* do traço, artista das cousas delicadas, voluptuoso encantador de corpos de mulher, tecendo situações galantes com a finura dum Barbey do traço» (1).

As preocupações forenses, porém, prendem demasiado as atenções do Sr. Dr. Luiz Felipe, que, no entanto, vai praticando, embora raramente, a sua maneira elegante de desenhar, quási sempre para satisfazer as solicitações amigas que o procuram.

Tem sido, pois, curta a sua obra dada a público, mas é bastante expressiva para confirmar as apreciações lisonjeiras que acolheram as provas iniciais.



LUIZ FELIPE
(Auto-caricatura)

(1) Veiga Simões — *O Salão dos Humoristas em A Águia* — 2.^a série, vol. 2.^o — Pôrto, 1912, pág. 25.

LUIZ FELIPE (Luiz Felipe Gonzaga Pinto Rodrigues) nasceu em Viana-do-Castelo a 21 de Março de 1887.

Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1911, Advogado e Notário Público em Monção desde 1912 a 1938, em que, a seu requerimento, foi transferido para a terra da sua naturalidade. Ocupou o cargo de Administrador do Concelho de Viana-do-Castelo em 1913 e fêz parte da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Monção, de 1934 a 1938.

Director artístico da revista:

A Farça — Coimbra, 1909-1910.

Colaborador artístico das revistas:

Ilustração Portuguesa — 2.^a série, 7.^o e 8.^o vols. — Lisboa, 1.^o e 2.^o semestre de 1909.

Limia — Viana-do-Castelo, 1910-1911, em que também colaborou literariamente.

A Águia — 1.^a série — Pôrto, 1910-1912 e 2.^a série, vol. 1.^o — Pôrto, 1912.

A Satyra — Lisboa, 1911.

A Rajada — Coimbra, 1912.

A Bomba — Pôrto, 1912.

Prisma — Pôrto, 1938.

Colaborou também nos jornais:

O Povo — Viana-do-Castelo, 1909 e 1910.

A Montanha — Pôrto, 1911.

E ilustrou a fôlha clandestina *A Vêlha* — Pôrto, 1918.

Desenhos seus em:

Arquivo de Viana-do-Castelo — Vol. 1.^o — 1934.

Livro dos Finalistas — Faculdade de Ciências — Pôrto, 1937-1938.

Viana — Centro de Turismo, de Artur Maciel — V. N. de Famalicão, 1938.

São de sua autoria a capa do *Anuário do Distrito de Viana-do-Castelo*, 1932, e os cartazes da Feira das Amostras, de Viana-do-Castelo, em 1934, e da Romaria da Agonia, na mesma cidade, em 1934 e o projecto das de 1938.

MARQUES ABREU

OFICINAS DE FOTOGRAVURA



Avenida Rodrigues de Freitas, 310

PÔRTO

CASA FUNDADA EM 1900



Pela magnífica instalação destas oficinas, pelo moderno e aperfeiçoadíssimo material adquirido e ainda pela larga escala em que se trabalha, são as que melhor podem servir o público com

RAPIDEZ,

PERFEIÇÃO

E ECONOMIA



AUGUSTO

GOMES

Preço 5 escudos